

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia” ou “GOL”) é uma sociedade por ações constituída em 12 de março de 2004 de acordo com as leis brasileiras. O estatuto social da Companhia dispõe que a mesma tem como objeto social o exercício do controle acionário da GOL Linhas Aéreas S.A. (“GLA”), por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, bem como explorar também:

- serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas e malas postais, em âmbito nacional e internacional, na conformidade das concessões das autoridades competentes;
- atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais;
- a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- a prestação de serviços de *hangaragem* de aviões;
- a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves;
- o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima;
- desenvolvimento de programas de fidelidade; e
- a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque - *New York Stock Exchange* (“NYSE”) sob o *ticker* GOLL4 e GOL, respectivamente. A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3 e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (“IGC”) e de Ações com *Tag Along* Diferenciado (“ITAG”), criados para distinguir as empresas que se comprometem com as práticas diferenciadas de governança corporativa.

A sede oficial da Companhia está localizada na Praça Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

1.1. Ações tomadas pela Administração frente à COVID-19 e a retomada gradual da demanda

A pandemia deflagrada pela COVID-19, considerada pela Organização Mundial da Saúde como “emergência de saúde pública de interesse internacional”, espalhou-se rapidamente pelo mundo, causando rupturas sem precedentes na atividade econômica global.

Tal crise impactou o ambiente macroeconômico, considerando as incertezas decorrentes de questões de saúde pública, política e economia. Conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 o Produto interno bruto (PIB) caiu 4,1% em comparação a 2019.

Entre as medidas tomadas no país que reduziram a velocidade de propagação e disseminação da doença, estão a recomendação de distanciamento social, as restrições e recomendações de redução de deslocamento e o fechamento de fronteiras. Como consequência, o setor aéreo foi

um dos primeiros e mais atingidos em suas operações e resultados.

Desde o início da pandemia, a GOL por meio da readequação de sua malha aérea, principalmente no segundo e terceiro trimestres de 2020 quando houve uma redução significativa dos voos diários, manteve uma consistência de taxas de ocupação no patamar próximo a 80% que somada às medidas de contenção de custos e de preservação de caixa implementadas, permitem a Companhia estar bem posicionada para a retomada da demanda.

O modelo de negócios flexível com base em um único tipo de frota permitiu que a Companhia, historicamente, atingisse os menores custos operacionais e gerenciamento da capacidade da frota para acompanhar o PIB brasileiro e a demanda de passageiros. Essa flexibilidade foi fundamental no primeiro semestre de 2020 para atender à redução de mais de 90% na demanda de passageiros decorrente das medidas governamentais de controle da propagação da pandemia de COVID-19.

No quarto trimestre de 2020 a Companhia registrou um aumento nas vendas brutas consolidada de 46%, comparativamente ao terceiro trimestre de 2020, especificamente concentrado em viagens a lazer no mercado doméstico, sendo este o principal polo de atuação da Companhia. Neste mesmo período, as vendas diárias da GOL superaram R\$30 milhões, as quais representam 80% dos níveis de venda pré-pandemia. Quanto aos transportes executados, em datas específicas no mês de dezembro, a GOL registrou aproximadamente 88 mil clientes transportados em um único dia o que representa cerca de 67% do registrado no mesmo dia do ano de 2019.

Em 2020, a Companhia reequilibrizou o cronograma de amortização de dívidas, com reperfilização dos vencimentos significativos de dívida até 2024, e a emissão da Senior Notes 2026, no valor de US\$200 milhões. A Administração da GOL honrou totalmente com os compromissos financeiros firmados junto ao mercado de capitais global, incluindo as amortizações de seus Senior Notes de 2022 em março, o pagamento integral dos juros (cupons) de todas as suas notas. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta rating de crédito “B3” pela Moody’s e “CCC+” pela Fitch.

A Administração mantém esforços contínuos na gestão de caixa de forma a deter recursos suficientes para cumprir as obrigações financeiras nos próximos doze meses, contudo, o cenário permanece desafiador pelas incertezas relacionadas a pandemia, recuperação da economia brasileira e demanda no setor aéreo. A Companhia por meio de seu Comitê Executivo, que conta com a participação de todo seu corpo diretivo, monitora a recuperação da demanda e estabelece estratégias financeiras e operacionais, como também, define como a GOL pode apoiar a sociedade. Dentre as ações já tomadas pela administração, destacam-se as seguintes medidas:

1.1.1 Readequação da operação - Malha

Em 16 de março de 2020, a GOL reduziu sua capacidade em 50 a 60% no mercado doméstico, e em 90 a 95% no mercado internacional, com o objetivo de refletir a mudança na demanda dos Clientes. A Companhia ajustou sua malha de 750 para 50 voos diários essenciais (malha essencial).

Comparado à malha essencial de abril de 2020, a GOL já reabriu 42 bases no Brasil para servir 63 bases, representando a totalidade da retomada de suas bases domésticas operadas no início de 2020, com média no quarto trimestre de 2020 de 403 voos diários, o que representa 54% da frequência diária no mesmo período no ano anterior. Desde abril de 2020, a GOL não ofertou voos internacionais regulares.

Com o retorno contínuo da demanda no quarto trimestre de 2020 e início do verão brasileiro, a GOL ampliou a oferta de voos na região Nordeste e inaugurou quatro novas rotas domésticas com o intuito de assegurar a mais completa e abrangente malha aérea para atender a retomada das viagens a lazer. Com isto, a Companhia atingiu o marco de 100% dos destinos nacionais operados na alta temporada, em comparação àqueles mesmos operados no início de 2020 (pré-pandemia). A participação atual da GOL no mercado doméstico é de aproximadamente 40%, representando um aumento de dois pontos percentuais desde o início da pandemia. A liderança da GOL no mercado nacional e a exposição de sua malha no mercado interno brasileiro contribuirão ainda mais para a retomada operacional, desalavancagem e sustentação da competitividade.

Em fevereiro de 2021, houve uma queda de 15% na busca por passagens aéreas da Companhia, em relação a janeiro de 2021, com uma redução de 28% no volume de vendas durante esse mês, em função da queda persistente na demanda por viagens decorrente da “segunda onda” de casos de Covid-19 no Brasil, de clientes aguardando pela vacinação e do início da baixa temporada. Como resposta à relevante queda nas vendas, aumento no número de cancelamentos e não comparecimentos (*no-show*), a malha aérea da GOL foi reduzida em 4% entre a primeira e a quarta semanas de fevereiro de 2021 para adequar os custos ao patamar de entradas. Em março de 2021, a Companhia mantém o plano de redução com operação acerca de 250 voos/dia, o que representa aproximadamente 40% do realizado em março de 2020.

1.1.2 Preservação e fortalecimento da posição de caixa e liquidez

- Arrendamentos de aeronaves e motores: A Companhia concluiu todas suas renegociações com seus parceiros lessores de aeronaves, o que resultou em redução nos fluxos de caixa de arrendamentos atuais e futuros, com a conversão de parte dos pagamentos mensais de fixos para variáveis. Os acordos da GOL estão ajustados à recuperação da demanda em 2021 e, também, representam uma efetiva economia na estrutura de custos unitários da Companhia.
- Combustíveis: acordos junto aos fornecedores para prorrogação de pagamentos do saldo em aberto, que foram retomados parceladamente a partir de novembro de 2020 até o final de 2021 e que permitirão à Companhia obter prazo no pagamento das operações subsequentes à medida em que tais parcelas forem liquidadas;
- Pessoal: por meio da adesão a MP 936, convertida na Lei nº 14.020/20, a Companhia adotou medidas de redução de cerca de 50% das despesas com folha de pagamento e respectivos encargos, por meio da redução da jornada de trabalho, suspensão de contratos de trabalho, adesões à licença não remunerada (LNR) e promoveu redução salarial de 50% para os colaboradores e de 60% para os diretores que não foram inseridos no escopo da MP 936. No mês de junho a Companhia celebrou acordos coletivos junto ao Sindicato Nacional dos Aeronautas e os Sindicatos dos Aeroviários. Entre as principais iniciativas dos pacotes de medidas junto aos Sindicatos, destacam-se a redução salarial de até 50% pelo período de 12 meses e planos de adesão voluntária (programa de demissão voluntária, aposentadoria, *part-time* e licenças não remuneradas). Tais pacotes de medidas entraram em vigor a partir de 1º de julho, com vigência entre 12 e 18 meses, período de recuperação pós-crise, o que possibilita o gerenciamento do crescimento gradual dos custos com a retomada das operações. Além disso, a GOL realizou o adiamento do pagamento do bônus relativos ao exercício de 2019 e dos abonos de férias, além da não possibilidade da antecipação do 13º salário;
- Investimentos: suspensão de todo o investimento não essencial, incluindo a interrupção de pagamentos a título de *pre delivery payments (PDPs)* e a redução de 34 ordens de aviões Boeing 737 MAX previstos para 2020-2022 (passando de 129 para 95 recebimentos futuros de aeronaves considerando as ordens de compra da Companhia com a Boeing);

- Manutenção de motores: negociações de repactuação com os fornecedores estão sendo feitas constantemente, em linha com as necessidades operacionais da Companhia;
- Impostos, contribuições e encargos sociais: postergação de pagamentos de impostos federais em decorrência das medidas promulgadas pelo Governo Federal;
- Comerciais e publicidade: suspensão de gastos com propaganda e publicidade, bem como a interrupção imediata de projetos que não sejam absolutamente essenciais para a continuidade de nossas operações;
- Empréstimos e financiamentos: A Companhia obteve o suporte de seus principais parceiros de crédito e renegociou alongamentos de prazos e rolagens de suas dívidas conforme nota explicativa 17. Destaque para a postergação das debêntures, juntamente com a obtenção de *waiver* para os *covenants* de 2020, e emissão do Senior Notes 2026.

1.1.3 Suporte do Governo e órgãos reguladores

- Preservação de recebíveis de passagens: redução no nível de reembolsos e cancelamentos em função de medidas promulgadas pelo Governo Federal que permitiram as remarcações de viagens para um período de até 18 meses;
- Tarifas aeroportuárias: alteração no prazo de pagamento das tarifas de navegação e taxas aeroportuárias, que poderão ser quitadas até dezembro sem a incidência de multas; e
- Manutenção de slots e habilitações Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC): (i) abono do cancelamento de *slots* pelo índice de regularidade, válido até o final de outubro de 2020, alinhada com decisão semelhante adotada por outras organizações e autoridades de aviação civil, como a Comissão Europeia e a *Federal Aviation Administration* (FAA); e (ii) extensão por 120 dias da renovação de habilitações com vencimento entre fevereiro e dezembro/2020.

1.1.4 Apoio à sociedade, colaboradores e clientes

O transporte aéreo de passageiros é um serviço essencial à sociedade. A Companhia reconhece o dever de cuidado com seus clientes, colaboradores e está trabalhando com as autoridades para ajudar a minimizar o impacto do COVID-19 na população e nos serviços de saúde do país.

Dentre as principais medidas, destaca-se a adoção do uso de máscaras de proteção obrigatória, fechamento das salas VIPs, o desligamento dos totens de autoatendimento, criação de canais de comunicação específicos sobre o coronavírus, implantação do embarque segmentado e adoção do *self-boarding* sem o manuseio de cartão de embarque. Atualmente 90% dos processos para viajar com a GOL acontecem sem contato humano. Para a realização de seus voos a Companhia adotou medidas adicionais de limpeza de acordo com os novos padrões da ANVISA e de órgãos internacionais. Em 16 de dezembro de 2020, a GOL recebeu a Certificação Einstein para cancelar os rígidos protocolos de Segurança e Saúde adotados pela Companhia.

No que tange ao Programa de Fidelidade Smiles, também foram aprimorados os canais digitais, por meio da implantação do autosserviço de cancelamento online, sem cobrança de taxa, disponível no site e no aplicativo Smiles Fidelidade, bem como no atendimento virtual (*chat*), para os clientes que possuem passagens GOL elegíveis. O sistema foi desenvolvido internamente, em tempo recorde.

Por entender que não há prazo definido para o fim desta crise e que isso, inevitavelmente, terá impacto sobre o planejamento de viagens de seus clientes, a controlada Smiles anunciou a extensão da validade das categorias do programa de fidelidade. Assim como optou por não considerar o ano corrente como base para a requalificação de clientes do próximo ano, já que

a análise de *downgrade* de categorias levaria em consideração o acúmulo de milhas provenientes de trechos voados no período de janeiro a dezembro de 2020. A medida permite que o cliente ganhe mais tempo dentro de sua categoria, podendo aproveitar os benefícios que ela oferece.

No âmbito social, como contribuição e reconhecimento àqueles que combatem a COVID-19 na linha de frente, a Companhia passou a transportar gratuitamente os profissionais de saúde, além de creditar 1.000 milhas Smiles a cada trecho GOL, voado sem custo algum, tendo distribuído 383.300 milhas no decorrer do ano de 2020. Seguindo essa atitude, a Companhia colocou-se à disposição das autoridades do País para transportar gratuitamente as vacinas da COVID-19, em conjunto com a GOLLOG, considerando a frota e a malha altamente capilarizada.

Entre as medidas tomadas, a manutenção da integridade e a saúde dos colaboradores da Companhia é a prioridade. Desde a segunda quinzena de março de 2020, todos os colaboradores da Companhia com funções administrativas passaram a trabalhar remotamente. Os colaboradores estão sendo orientados e acompanhados, de forma ininterrupta, pela liderança da empresa e pela área de Gente & Cultura, que gere recursos humanos.

O maior compromisso da Companhia continuará sendo a integridade e a saúde das pessoas. Seguindo à risca, como feito até agora, as diretrizes da OMS como compromisso de fazer tudo o que está ao alcance para atravessar esse período de turbulência da melhor forma possível.

1.1.5 Impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Conforme já mencionado, os impactos causados pela pandemia foram imediatos e severos à Companhia, tendo como principal consequência a redução na malha operacional.

As tabelas seguintes contemplam o resumo dos ajustes e reclassificações efetuados nestas demonstrações financeiras, bem como o detalhamento de cada um desses itens e divulgações adicionais:

		Consolidado
		31/12/2020
Perdas com aplicações financeiras	(a)	(65.403)
Desreconhecimento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa - combustível	(b)	(315.286)
Desreconhecimento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa - receitas em US\$	(c)	(290.345)
Renegociação de contratos de arrendamento - IFRS 16	(d)	19.080
Total		(651.954)

- (a) Muito embora a Administração da Companhia e de suas controladas tenham se mantido fiel à política de investimentos da Companhia, as mudanças abruptas nos índices macroeconômicos, incluindo as reduções na taxa SELIC promovidas pelo Governo Federal, fizeram com que a Companhia registrasse perdas não usuais em suas aplicações em fundos de renda fixa soberano atrelados à SELIC, bem como em fundos de renda fixa de crédito privado com alto grau de liquidez e alta qualidade de crédito.
- (b) Como resultado da redução nas operações a Companhia desreconheceu operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa, pois espera-se uma queda no consumo de combustível anteriormente estimado. Dessa forma, a Companhia transferiu do grupo de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido para o resultado financeiro como “perdas com derivativos” o montante de R\$315.286 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- (c) Em função da interrupção temporária de todos os voos internacionais, a Companhia também desreconheceu operações de *hedge accounting* utilizadas como forma de reduzir a

volatilidade de suas receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), utilizando como instrumentos de *hedge* contratos de arrendamento mercantil. Com isso, a Companhia transferiu do grupo de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido para o resultado financeiro como “despesas com variação cambial” o valor correspondente a R\$290.345.

- (d) A Companhia celebrou renegociações de seus contratos de arrendamentos de aeronaves e motores operacionais, sem opção de compra, incluindo postergação e diferimento de pagamentos, extensão de prazos e modificação de valores de contraprestação, os quais resultaram no aumento dos direitos de uso no ativo imobilizado e das obrigações de arrendamento em R\$176.041 e R\$156.961, respectivamente, com o resultado de R\$19.080.

Consolidado			
31/12/2020			
Balço patrimonial - Ajustes	Passivo não circulante		Outros resultados abrangentes
Provisão para benefício pós-emprego	(e)	(24.541)	24.541

- (e) Diante das mudanças abruptas no cenário macroeconômico a Companhia atualizou os estudos atuariais que determinam as obrigações decorrentes de benefício pós-emprego, e principalmente em função da queda na taxa de juros de longo prazo, o saldo referente a tais obrigações foi reduzido em R\$24.541. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 24.

Consolidado			
31/12/2020			
Demonstração de resultado - Reclassificações	Custos dos serviços prestados		Outras receitas e despesas, líquidas
Gastos com pessoal - ociosidade	(f)	161.201	(161.201)
Depreciação de equipamentos de voo - ociosidade	(f)	765.456	(765.456)

- (f) Como consequência na redução na quantidade de voos operados e suspensão de contratos de trabalho, onde a Companhia incorreu com ônus do decurso do tempo e arcou com parte da remuneração de pessoal, por analogia aos dispositivos do CPC 16 (R1) - Estoques, equivalente ao IAS 2, os gastos com pessoal e depreciação de equipamentos de voo não relacionados diretamente com as receitas geradas no período, denominados ociosidade, foram reclassificadas do grupo de custos dos serviços prestados para o grupo de outras receitas e despesas, líquidas.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou testes de *impairment* nos saldos de ativo imobilizado, ágio e direitos de slots, nenhuma provisão para redução a valor recuperável foi registrada, vide nota explicativa 16.

A Companhia reavaliou as estimativas de realização de impostos diferidos ativos reconhecidos na controladora e não identificou nenhuma necessidade de promover ajuste no saldo, conforme descrito na nota explicativa 12.

1.2. Estrutura de capital e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta uma posição de patrimônio líquido negativo atribuído aos acionistas controladores de R\$14.407.092 (R\$7.676.671 em 31 de dezembro de 2019).

A variação observada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é principalmente resultado da desvalorização do Real frente ao Dólar americano de aproximadamente 28,9%, que afetou negativamente o resultado do exercício por variações cambiais em R\$3.056.226, e dos impactos

referentes a pandemia sobre as operações da Companhia, detalhados na nota explicativa anterior.

O capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2020 é negativo em R\$233.276 na controladora e R\$7.152.865 no consolidado (R\$274.456 e R\$5.435.223 negativo em 31 de dezembro de 2019 na controladora e no consolidado respectivamente), a variação está relacionada principalmente à redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, nos montantes de R\$982.595 e R\$489.831, respectivamente, em função da queda na operação devido à crise econômica causada pela pandemia. Do capital circulante líquido negativo consolidado em 31 de dezembro de 2020, R\$3.309.301 refere-se a transportes a executar e programa de milhagem, os quais espera-se que sejam substancialmente realizados com serviços prestados pela Companhia.

As operações da Companhia são sensíveis às variações no cenário econômico e à volatilidade do Real, dado que aproximadamente 95,0% do endividamento (empréstimos e financiamentos e arrendamentos) está negociado em dólar americano (“US\$”) e 36,5% dos custos também são atrelados à moeda americana, e sua capacidade de ajustar o preço das tarifas cobradas de seus clientes para recapturar a variação do dólar americano depende da capacidade racional (oferta) e comportamento dos concorrentes.

Ao longo dos últimos quatro anos a Administração tomou uma série de medidas para adequar o tamanho de sua frota à demanda, equiparando a oferta de assentos com o patamar da demanda, promovendo assim a manutenção de altas taxas de ocupação, a redução de custos e adequação da estrutura de capital, bem como, executou iniciativas de reestruturação de seu balanço patrimonial.

Com a deflagração da pandemia, que resultou em uma crise econômica sem precedentes, a Administração reorganizou os negócios da Companhia por meio das medidas apresentadas detalhadamente na nota 1.1. A Administração monitora continuamente os efeitos da crise e continuará tomando medidas para fortalecer a posição patrimonial e gerir de forma estratégica o mercado para aprimorar o desempenho das operações, visando garantir a sustentabilidade do negócio.

Além do acompanhamento das operações e vendas, dado o cenário de incerteza, a Administração monitora possíveis medidas de reequilíbrio do capital circulante líquido para o ano de 2021, que caso se façam necessárias, podem envolver: a emissão de títulos da dívida com vencimento de longo prazo para liquidação de passivos de curto prazo; novas renegociações junto a instituições financeiras e fornecedores; e redução da frota e dos pedidos firmes junto à Boeing. Estas medidas, caso adotadas, terão como objetivo a otimização da estrutura de capital e a definição será baseada em uma avaliação rigorosa da conjuntura econômica e perspectivas do momento.

Nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em uma base contábil de continuidade, que contempla a continuidade das operações, a realização dos ativos e a satisfação dos passivos e compromissos no curso normal dos negócios, em conformidade com o plano de negócios elaborado pela Administração, revisado e aprovado pelo Conselho de Administração. Embora ainda haja uma incerteza significativa sobre quanto tempo levará para a indústria aérea se recuperar, e isso leve a uma incerteza material sobre nossa capacidade de continuar em operação, em 31 de dezembro de 2020 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que possam resultar da incapacidade de continuar em operação.

1.3. Retomada dos voos com a aeronave Boeing 737 MAX

Em 11 de março de 2019, em decorrência do segundo acidente ocorrido com uma aeronave do modelo Boeing 737 MAX 8, sendo segurança o valor número 1 da GOL, a Administração da Companhia decidiu suspender as operações de suas 7 aeronaves deste modelo por deliberalidade, antes que houvesse manifestação dos órgãos reguladores.

Em resposta a tal medida, a Companhia rapidamente reconfigurou sua malha aérea, e como consequência, envidou esforços para suprir racionalmente a capacidade necessária para atender os níveis de demanda que se apresentavam, por meio de novos contratos de arrendamento. A paralisação das aeronaves e os esforços adicionais fizeram com que a Companhia incorresse em custos não planejados, relacionados, mas não limitados a: tarifas *interline* devido a realocação de passageiros, acomodações, refeições e outros gastos com passageiros, consumo adicional de combustível, taxas e tarifas aeroportuárias, salários e encargos atrelados a horas extras, pagamento de arrendamento de aeronaves adicionais e publicidade negativa, causando ruptura nos negócios da Companhia.

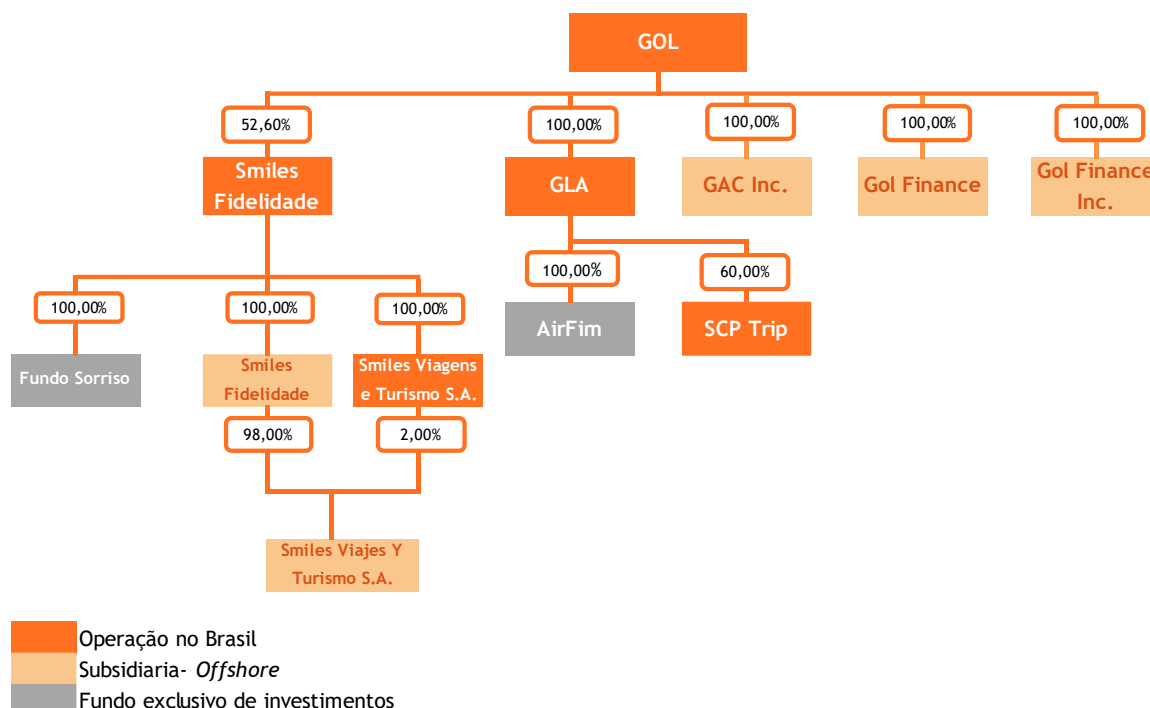
Como consequência e em reconhecimento a uma parceria de longa data, a Companhia assinou um acordo com a *Boeing*. Os termos do referido acordo são estritamente confidenciais, mas objetivam proporcionar (a) compensação que endereça os danos resultantes de custos adicionais não planejados incorridos desde a paralisação das operações das aeronaves, até o momento, e em decorrência da não entrega das aeronaves, conforme definido nos contratos de compra; (b) redução no número de compromissos firmes de 34 aeronaves; (c) a flexibilidade em ajustar adicionalmente o número de aeronaves; e (d) flexibilidade em converter as ordens existentes por outros modelos da família Max.

No decorrer do exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$607.466 em disponibilidades e R\$53.508 em créditos a serem compensados com faturas em aberto da GLA junto à Boeing, totalizando R\$660.974. Em contrapartida, foram registrados: baixa de “adiantamentos para aquisição de imobilizado” no ativo imobilizado no valor de R\$73.600, relativo a devolução de “*pre delivery payment*”; antecipação de créditos no passivo de R\$292.013; e os demais valores diretamente na demonstração do resultado, os quais referem-se a: (i) reembolsos de gastos no total de R\$246.938, sendo: R\$53.299 em custos dos serviços prestados; R\$136 em despesas administrativas; R\$193.503 em outras receitas e despesas líquidas, por se tratar de despesas incorridas em exercícios anteriores; e (ii) R\$48.423 como variação cambial.

Após aproximadamente 20 meses de paralização, a aeronave Boeing 737-MAX retornou às operações com a efetiva aprovação dos órgãos reguladores - FAA e ANAC - e um processo completo de recertificação, garantindo os mais altos níveis de segurança operacional e confiabilidade. A GOL foi a primeira companhia do mundo a retomar voos comerciais com o MAX, de forma a evidenciar a total confiança que a Companhia possui nesta aeronave e a certeza de que ela está entre os aviões mais seguros e eficientes do mundo. A Companhia realizou uma série rigorosa de voos técnicos, que superaram as exigências estabelecidas pelas entidades reguladoras de aviação, e reintegrou a aeronave à sua frota com o primeiro voo comercial em 9 de dezembro.

1.4. Estrutura societária

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2020, está apresentada a seguir:



A participação societária da Companhia no capital social de suas controladas, em 31 de dezembro de 2020, está apresentada a seguir:

Entidade	Data de Constituição	Localidade	Principal Atividade	Tipo de controle	% de participação	
					2020	2019
GAC	23/03/2006	Ilhas Cayman	Aquisição de aeronaves	Direto	100,00	100,00
Gol Finance Inc.	16/03/2006	Ilhas Cayman	Captação de recursos	Direto	100,00	100,00
Gol Finance	21/06/2013	Luxemburgo	Captação de recursos	Direto	100,00	100,00
GLA	09/04/2007	Brasil	Transporte aéreo	Direto	100,00	100,00
AirFim	07/11/2003	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,00	100,00
Smiles Fidelidade	01/08/2011	Brasil	Programa de fidelidade	Direto	52,60	52,61
Smiles Viagens	10/08/2017	Brasil	Agência de turismo	Indireto	52,60	52,61
Smiles Fidelidade Argentina (a)	07/11/2018	Argentina	Programa de fidelidade	Indireto	52,60	52,61
Smiles Viagens Argentina (a)	20/11/2018	Argentina	Agência de turismo	Indireto	52,60	52,61
Fundo Sorriso	14/07/2014	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	52,60	52,61
Sociedade em conta de participação:						
SCP Trip	27/04/2012	Brasil	Revista de bordo	-	60,00	60,00

(a) Empresas com moeda funcional em pesos argentinos (ARS).

As controladas GAC Inc., GOL Finance e GOL Finance Inc., são entidades constituídas com propósito específico de dar continuidade às operações de natureza financeira e relacionadas à frota da Companhia. Não apresentam um corpo diretivo próprio e não possuem autonomia na tomada de decisões, como consequência, os ativos e passivos dessas entidades estão consolidados nas demonstrações financeiras da Controladora.

As subsidiárias Smiles Fidelidade S.A. e Smiles Viagens Y Turismo S.A., constituídas e controladas pela Smiles Fidelidade S.A., ambas sediadas em Buenos Aires, na Argentina, tem como propósito fomentar as operações do Programa Smiles e a venda de passagens aéreas naquele país.

A controlada Smiles Fidelidade detem ainda o controle da Smiles Viagens e Turismo S.A. (“Smiles Viagens”), cujo propósito principal é a intermediação de serviços de organização de viagens, envolvendo a reserva ou venda de bilhetes aéreos, hospedagens, pacotes de turismo, entre outros.

Os fundos de investimento Airfim e Fundo Sorriso, controlados pela GLA e Smiles Fidelidade, respectivamente, possuem a característica de fundo exclusivo e atuam como extensão das controladas para execução de operações com derivativos e investimentos, de forma que a Companhia consolida os ativos e passivos deste fundo em suas demonstrações financeiras consolidadas.

1.5. Plano de incorporação de ações

Em 7 de dezembro de 2020, a Companhia comunicou ao Conselho de Administração da Smiles Fidelidade a proposta de incorporação de ações envolvendo suas controladas.

A proposta de incorporação compreende os seguintes passos, que serão implementados de forma concomitante e interdependente, cuja consumação estará sujeita às aprovações societárias aplicáveis e à aprovação pela maioria dos titulares de ações em circulação da Smiles Fidelidade:

- incorporação de ações da Smiles Fidelidade pela GLA, com a emissão de ações PN e ações PN Resgatáveis da GLA para os acionistas da Smiles Fidelidade;
- incorporação de ações da GLA pela Companhia, com a emissão de ações PN e ações PN Resgatáveis da Companhia para os acionistas da GLA; e
- Resgate de ações PNs Resgatáveis da GLA e da Companhia, com pagamento em caixa com base no resgate das ações PNs Resgatáveis da Companhia aos acionistas da Smiles Fidelidade.

A incorporação de ações resultará na combinação das duas controladas operacionais da Companhia, GLA e Smiles Fidelidade, com o objetivo de maximizar valor para todos os acionistas através do alinhamento de interesses das duas sociedades, ao assegurar a continuidade da companhia aérea e do programa de fidelidade, simplificar a governança corporativa, reforçar a estrutura de capital e reduzir os custos operacionais, administrativos e financeiros, assim como as ineficiências tributárias.

A referida operação será apreciada e deliberada pelos acionistas da Smiles Fidelidade e pelos acionistas da Companhia, em suas respectivas assembleias geral extraordinária convocadas para ocorrer no dia 24 de março de 2021.

Maiores detalhes acerca desta operação, inclusive as definições de relações de troca, protocolo e justificação e demais documentos vinculados, foram divulgados pela Administração e encontram-se disponíveis para leitura e consulta no endereço eletrônico da Companhia.

1.6. Programa de compliance

Desde 2016, a Companhia adotou uma série de medidas para fortalecer e expandir seus programas de controles internos e *compliance*, dentre as quais se destacam:

- contratação de empresas especializadas para avaliação de riscos e revisão dos controles internos referentes à fraude e corrupção;
- integração das funções de riscos, *compliance* e controles internos através da Diretoria Executiva de Riscos Corporativos, Compliance e Controles Internos, com reporte direto a Presidência e acesso independente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário;
- monitoramento das transações que representam maiores riscos sob a ótica de *compliance*;

- atualização das políticas de compras e aprimoramento dos procedimentos de supervisão da execução de serviços contratados;
- avaliação das contratações de terceiros conforme política interna de *compliance*;
- revisão do código de ética, do manual de conduta e de diversas políticas de *compliance* incluindo o treinamento obrigatório massivo;
- elaboração e divulgação de regras de conduta para terceiros na relação com a GOL;
- mapeamento de riscos e sua revisão periódica, incluindo os riscos de *compliance*;
- treinamentos e ações de comunicação constantes sobre temas relevantes para *compliance*, incluindo incentivo ao uso do canal de ética; e
- apoio constante as áreas para orientar sobre o cumprimento das políticas de *compliance*.

A Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e *compliance*.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, foi firmado em dezembro de 2016 um acordo junto ao Ministério Público Federal ("Acordo"), no qual a Companhia concordou em pagar multas de R\$12 milhões e aperfeiçoar seu programa de *compliance*. Em contra partida ao compromisso do Ministério Público Federal de não propor ações de qualquer natureza relacionadas a atividades que sejam objeto do Acordo, adicionalmente a Companhia pagou R\$4,2 milhões em multas às autoridades fiscais brasileiras.

A Companhia informou voluntariamente o Departamento de Justiça ("DOJ") dos Estados Unidos da América ("EUA"), a *Securities and Exchange Commission* ("SEC") e a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sobre a investigação externa e independente que foi contratada pela Companhia, e sobre o Acordo. A investigação foi concluída em abril de 2017, e revelou que foram efetuados pagamentos imateriais a pessoas politicamente expostas. Nenhum dos atuais funcionários, representantes ou membros do Conselho ou Administração da Companhia sabiam de qualquer propósito ilegal por trás de qualquer das transações identificadas, ou de qualquer benefício ilícito para a Companhia decorrente das operações investigadas.

A Companhia informou as autoridades competentes o resultado da investigação e continuará comunicando sobre o desdobramento do tema, acompanhando as análises já iniciadas por estes órgãos. Essas autoridades podem impor multas e possivelmente outras sanções à Companhia.

Não houve novos desdobramentos sobre o tema durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2. Declaração da Administração, base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, supracitadas, e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de

Reais, exceto quando indicado de outra maneira. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utilizou-se dos seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- aplicações financeiras compostas principalmente por fundos exclusivos de investimentos, mensuradas pelo valor justo;
- caixa restrito mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. Vide detalhes na nota explicativa nº1.2 quanto a incerteza significativa sobre nossa capacidade de continuidade operacional.

3. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 17 de março de 2021.

4. Resumo das principais práticas contábeis

4.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e

- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia detém menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida. A Companhia reavalia se mantém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. A variação na participação societária em controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com as utilizadas na controladora e adotadas no exercício anterior. Todas as transações e saldos entre a GOL e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, incluindo encargos e tributos. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

4.2. Investimentos

Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Caso a investida gere perdas operacionais que façam com que o patrimônio líquido seja negativo, a Companhia adota as disposições previstas no CPC 18 - “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, equivalente ao IAS 28, e não realiza registros adicionais, sendo o resultado de equivalência novamente registrado quando a investida recuperar a totalidade de perdas acumuladas.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras automáticas e títulos de liquidez imediata que, conforme análises são considerados prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado, e serão utilizadas pela Companhia em curto intervalo de tempo.

4.4. Aplicações financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia considera as disposições do CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias:

4.4.1. Custo amortizado

As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado quando todas as seguintes condições forem atendidas:

- a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente; e
- os fluxos de caixa contratuais representam apenas o pagamento de juros e principal (“SPPI”).

4.4.2. Valor justo

- por meio do resultado abrangente: as aplicações financeiras serão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado abrangente quando ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI;
- por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia pode ainda optar, no reconhecimento inicial, pela designação do ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado, de forma a eliminar ou reduzir significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento, denominadas “descasamento contábil”. Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são para eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil, sendo desta forma avaliados a valor de mercado.

4.5. Caixa restrito

O caixa restrito é composto por aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizadas principalmente como garantias vinculadas a instrumentos financeiros de curto e longo prazo como também depósitos para operações de arrendamento.

4.6. Contas a receber

São mensuradas com base no valor faturado, líquido das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. Em aderência ao CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato, por meio da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

4.7. Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição acrescidos de gastos tais como impostos não recuperáveis e despesas aduaneiras incorridos na aquisição e nos gastos com transportes até a localização atual dos itens. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas para aqueles itens que não possuem expectativa de realização.

4.8. Imposto de renda e contribuição social

4.8.1. Impostos correntes

No Brasil, compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

4.8.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante.

Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

4.9. Direitos e obrigações com instrumentos financeiros derivativos

Variações nas taxas de juros, câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia por meio de suas subsidiárias contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

4.9.1. Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

4.9.2. Instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa

Os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa visam proteger resultados futuros decorrentes das variações das taxas de juros, do preço de combustível e da variação cambial. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”, até o reconhecimento do resultado do objeto do *hedge*. As ineficácias

encontradas em cada período de reporte são reconhecidas no resultado financeiro. As transações de *hedge* contabilizadas em “Outros resultados abrangentes” apresentam-se líquidas dos efeitos de impostos.

4.9.3. Desreconhecimento e baixa de instrumentos financeiros derivativos

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de *hedge*, ou (iv) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

4.10. Depósitos

4.10.1. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos efetuados em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com os arrendadores. A variação cambial destes pagamentos é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperabilidade desses depósitos com base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Dessa forma, os valores enquadrados nesta categoria, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício na rubrica de “Material de manutenção e reparo”, considerando as análises regulares de recuperabilidade ou no momento da devolução do bem.

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da execução da manutenção nos períodos programados. Até 31 de dezembro de 2020, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

4.10.2. Depósitos judiciais

No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não alcançáveis pela Companhia pendentes de decisão judicial.

4.10.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente

pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

4.11. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables* (peças de reposição), são registrados pelo custo de aquisição e/ou construção. Juros e encargos financeiros diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um bem que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº15.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. O valor contábil das aeronaves é testado para identificação de perdas no valor recuperável anualmente, mesmo que não haja circunstâncias que indiquem a existência de perdas.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

4.11.1. Adiantamentos para aquisição de aeronaves

Referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

4.11.2. Contratos de arrendamento

Desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a registrar os contratos de arrendamento de acordo com a norma vigente, o CPC 06 (R2) - “Arrendamentos”, equivalente ao IFRS 16, que difere significativamente da prática contábil adotada anteriormente.

O CPC 06 (R2) estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exigiu que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A Companhia aplica as isenções de reconhecimento para os arrendatários, previstas na norma, para arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou inferior.

Na data de início de um arrendamento, a Companhia, enquanto arrendatária, reconhece um

passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

4.11.2.1. Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

O custo de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na devolução do ativo subjacente, restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento. A Companhia incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante a vigência do contrato.

4.11.2.2. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescindir a arrendamento por parte da Companhia.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o decurso do tempo e, consequentemente, o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reavalia o passivo do arrendamento sempre que ocorrem determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor de remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

4.11.2.3. Transações de venda e retroarrendamento - *Sale-leaseback*

A determinação do reconhecimento do resultado de transações de *sale-leaseback* utiliza como referência o valor justo do bem negociado. A fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante, considerando as condições do bem.

Uma vez definido o valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda).

O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor presente dos pagamentos do arrendamento ajustado pelos pagamentos antecipados ou financiamentos adicionais.

4.11.3. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves, trem de pouso e APU's (*Auxiliary Power Unit*)

Os gastos com grandes manutenções, que incluem substituições de peças e mão de obra, são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do ativo correspondente. Tais custos são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado a incorrer até a próxima data para grande manutenção ou a devolução do bem, o que ocorrer antes. Gastos incorridos que não prolongam a vida útil dos ativos são reconhecidos diretamente no resultado.

4.12. Ativos intangíveis

4.12.1. Vida útil definida

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente softwares, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

4.12.2. Vida útil indefinida

4.12.2.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

Nessa categoria estão registrados os valores correspondentes ao ágio decorrente das combinações de negócios efetuadas pelas controladas GLA e Smiles Fidelidade. O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa. A Administração realiza julgamentos e estabelece premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

4.12.2.2. Direitos de operações em aeroportos (“slots”)

Na combinação de negócios da GLA e da Webjet, foram adquiridos *slots* que foram reconhecidos pelos seus valores justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, com base na unidade geradora de caixa GLA quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

4.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, com exceção do derivativo contratado atrelado ao *Exchangeable Senior Notes*, que está mensurado a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na contratação e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado, exceto quando sujeitos a capitalização.

4.14. Fornecedores e outras obrigações

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.14.1. Fornecedores - risco sacado

A Administração promoveu uma negociação junto aos fornecedores com o objetivo de alongar os prazos de pagamentos. Dessa forma a Companhia assinou um convênio junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores. Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial.

4.15. Transportes a executar

Representa as obrigações da Companhia de prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços auxiliares à obrigação principal junto a seus clientes, líquida da receita de *breakage* já reconhecida no resultado, conforme detalhado na nota explicativa nº4.18.1.

4.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

4.16.1. Provisão para devolução de aeronaves

Os contratos de arrendamento de aeronaves regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, *checks* de devolução, pintura, entre outro, conforme estabelecido em contrato. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente no ativo imobilizado e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é registrada na rubrica de “Provisões”. Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, com contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

4.16.2. Provisão para devolução de motores

São estimadas com base nas condições mínimas contratuais em que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor. A Companhia estima a provisão para devolução do motor de acordo com o gasto que deverá incorrer, e, quando o valor pode ser confiavelmente estimado. O valor de uma provisão será o valor presente dos gastos que se espera ser exigido para liquidar a obrigação mínima. O prazo será baseado na data que se espera a devolução do motor arrendado, ou seja, o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

4.16.3. Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil, cujas avaliações de probabilidades de perdas incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.17. Benefício pós-emprego

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia passou a reconhecer ativos e passivos atuariais relacionados a benefício de plano médico oferecido a seus

colaboradores de acordo com o CPC 33 (R1) - “Benefícios a Empregados”, equivalente ao IAS 19. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes tendo como base o relatório atuarial preparado por especialistas independentes, enquanto os benefícios pagos diretamente pela Companhia, o custo do serviço corrente e o custo dos juros são reconhecidos no resultado do exercício.

4.18. Reconhecimento de receita

4.18.1. Receita de passageiros, cargas e serviços auxiliares

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida da estimativa de receita de *breakage*.

A receita de *breakage* consiste no cálculo, com base histórica, de bilhetes emitidos que expirarão pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam grande probabilidade de não utilizá-los. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à expiração de bilhetes.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando as obrigações de desempenho serão atendidas.

Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e outros serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiro.

4.18.2. Receita de milhas

O Programa Smiles tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação.

O reconhecimento da receita no resultado do exercício ocorre no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles para a troca de prêmios com seus parceiros. Sob a perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do Programa Smiles por passagens aéreas apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados.

A controlada Smiles atua como agente e cumpre com a sua obrigação de desempenho no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles na troca de prêmios com seus parceiros, sendo este o momento em que ocorre o reconhecimento da receita no resultado. Dessa forma, a receita bruta é apresentada líquida de seus respectivos custos variáveis diretos associados à disponibilização dos bens e serviços aos participantes.

Em decorrência de suas características o programa de milhas também propicia a possibilidade de se reconhecer uma receita de *breakage*, que por sua vez, é determinada com base em cálculo de milhas que apresentam alto potencial de expiração devido a não utilização das mesmas pelos participantes do Programa Smiles. O cálculo é aplicado sobre as milhas emitidas no período, dando origem à receita de *breakage*.

Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu

padrão histórico do resgate de milhas. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita de *breakage*, cálculo estatístico revisado anualmente.

4.18.3. Adoção de *hedge accounting* para proteção de receitas de passageiros e serviços auxiliares futuros

No curso regular de suas operações a Companhia realiza vendas recorrentes em dólares norte-americanos (“US\$”) principalmente em decorrência das rotas internacionais na América do Sul, Central e do Norte. Dessa forma a partir de 1º de agosto de 2019 a Administração adotou o *hedge accounting*, modalidade fluxo de caixa, como forma a reduzir a volatilidade dessas receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), consideradas altamente prováveis, conforme previsto e expresso no parágrafo 6.3.1 do CPC 48, utilizando como instrumentos de *hedge* contratos de arrendamento registrados como dívida em decorrência da adoção do CPC 06 (R2).

Com a adoção do *hedge accounting*, os ganhos e perdas cambiais oriundos dos contratos de arrendamento (instrumento de *hedge*) serão acumulados em conta do patrimônio líquido, “Ajuste de avaliação patrimonial”, sendo apropriados ao resultado da Companhia no momento da realização das receitas oriundas de vendas em US\$.

O *hedge accounting* deriva do *hedge* natural das operações da Companhia, retratada pelo fluxo de caixa (receitas e amortizações de dívida em US\$) e não representa aumento de custos financeiros, possibilitando a eliminação parcial da volatilidade cambial dos resultados da Companhia. A posição final do patrimônio líquido não é afetada pela adoção desta prática contábil. Os elementos do *hedge accounting* são: (1) objeto de *hedge*: receita altamente provável de vendas em US\$; (2) instrumento de *hedge*: contratos de arrendamento atrelados ao US\$; (3) montante designado: 60 meses de receitas consideradas altamente prováveis com base no intervalo de 80 a 85% de receitas auferidas historicamente, perfazendo um *notional* no momento da adoção inicial no montante de US\$903,102; (4) natureza do risco coberto: variação cambial; (5) especificação do risco coberto: câmbio *spot* USD/BRL; (6) tipo de relação de *hedge*: fluxo de caixa.

4.19. Remuneração baseada em ações

4.19.1. Opções de compra de ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações. A Companhia reconhece como despesa, em base linear, o valor justo das opções ou ações, calculadas pelo método de Black-Scholes, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido. A despesa acumulada reconhecida reflete o período aquisitivo e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado.

O efeito das opções em aberto é refletido como diluição adicional no cálculo do lucro por ação diluído.

Os planos têm sido realizados com a entrega de ações.

4.19.2. Ações restritas

A Companhia também pode oferecer a seus executivos um plano de transferência de ações restritas que se realiza ao término de 3 ou 4 anos da data de concessão, conforme definido no

plano de cada programa, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá preferencialmente através de ações mantidas em tesouraria.

O impacto de eventual revisão das quantidades de ações restritas que não serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

Os planos têm sido realizados com a entrega de ações.

4.20. Participação dos colaboradores e administradores no lucro

Os colaboradores da Companhia têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas.

4.21. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, variações cambiais sobre ativos e passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado, juros sobre empréstimos e financiamentos, comissões e despesas bancárias, entre outros. As receitas e as despesas com juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

4.22. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

4.23. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente tipos de negócios sendo: transporte aéreo e programa de milhagem.

4.23.1. Segmento de transporte aéreo

As operações deste segmento têm origem principalmente na controlada GLA, pela prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros e os principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, e serviços correlacionados como de despacho de bagagem, multas por remarcação e cancelamento de bilhetes, etc.

4.23.2. Segmento de programa de fidelidade

As operações deste segmento são representadas pelas transações de venda de milhas a parceiros aéreos e não aéreos. Neste contexto, estão o gerenciamento do programa, a comercialização e direitos de resgates de produtos e serviços e a criação e gerenciamento de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas. O principal ativo gerador de caixa é sua carteira de participantes do programa.

4.24. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “Variação cambial, líquida” na demonstração de resultado do exercício.

As taxas de câmbio em reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

	Taxa final		Taxa média	
	2020	2019	2020	2019
Dólar americano	5,1967	4,0307	5,1425	4,1102
Peso argentino	0,0617	0,0673	0,0622	0,0686

4.25. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração valor adicionado”.

4.26. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

As normas listadas na sequência tornaram-se válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4.26.1. Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

4.26.2. Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas

as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

4.26.3. Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

4.26.4. Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura conceitual para relatório financeiro

O pronunciamento revisado inclui alguns novos conceitos, atualiza definições e critérios para reconhecimento de ativos e passivos, além de esclarecer conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.26.5. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Para os contratos renegociados até junho de 2020, os quais tiveram apenas os seus pagamentos postergados até junho de 2021, e atendem as condições previstas na norma, a Companhia optou por não avaliar tais alterações como modificações dos contratos de arrendamento, tendo aplicado o expediente prático supracitado.

4.27. Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº2, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, a saber:

- receita de *breakage* de passagens e milhas (nota explicativa nº4.18.1 e 4.18.2);
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº8);
- adiantamento a fornecedores e terceiros (nota explicativa nº 10);

- análise anual do valor recuperável de impostos diferidos (nota explicativa nº12);
- análise de recuperabilidade de depósitos para manutenção (nota explicativa nº13);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas explicativas nº15 e nº16);
- análise anual do valor recuperável de ágio (nota explicativa nº16);
- análise de valor recuperável de *slots* (nota explicativa nº16);
- transportes a executar (nota explicativa nº22);
- provisão para devolução de aeronaves e motores (nota explicativa nº24);
- provisões para benefício pós-emprego (nota explicativa nº24);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº24);
- transações com remuneração baseada em ações (nota explicativa nº27);
- direitos e obrigações com operações de derivativos (nota explicativa nº34); e
- valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº34).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

4.28. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

4.28.1. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia se tais alterações terão impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e depósitos bancários	374.271	488	428.812	418.447
Equivalentes de caixa	49.666	1.016.258	234.018	1.226.978
Total	423.937	1.016.746	662.830	1.645.425

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Moeda nacional				
Títulos privados	49.014	366.338	170.359	514.356
Aplicações automáticas	652	-	59.936	5.505
Total moeda nacional	49.666	366.338	230.295	519.861
Moeda estrangeira				
Títulos privados	-	649.920	3.723	707.117
Total moeda estrangeira	-	649.920	3.723	707.117
Total	49.666	1.016.258	234.018	1.226.978

6. Aplicações financeiras

	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Moeda nacional					
Títulos públicos	72,7% do CDI	-	-	22.465	56.532
Fundos de investimento	77,7% do CDI	236	673	603.698	862.868
Total moeda nacional		236	673	626.163	919.400
Moeda estrangeira					
Títulos privados	0,6%	-	-	2.415	1.713
Títulos públicos	-	-	-	-	29.684
Fundos de investimento	0,6%	-	-	757	2.965
Total moeda estrangeira		-	-	3.172	34.362
Total		236	673	629.335	953.762
Circulante		236	673	628.343	953.762
Não circulante		-	-	992	-

7. Caixa restrito

		Controladora		Consolidado	
	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	2020	2019	2020	2019
Moeda nacional					
Financiamento de importação	96,6% do CDI	-	2.428	213.153	116.932
Carta fiança - processos judiciais	85,8% do CDI	4.201	3.971	56.440	115.995
Carta de crédito - depósito para manutenção	97,9% do CDI	-	-	155.184	136.438
Empréstimo para capital de giro	99,9% do CDI	-	-	52.927	510
Total moeda nacional		4.201	6.399	477.704	369.875
Moeda estrangeira					
Financiamento com garantia Ex-Im Bank	0,2%	-	-	31.206	-
Margem de hedge	-	-	-	35.697	74.431
Total moeda estrangeira		-	-	66.903	74.431
Total		4.201	6.399	544.607	444.306
Circulante		4.194	6.399	355.769	304.920
Não circulante		7	-	188.838	139.386

8. Contas a receber

	Consolidado	
	2020	2019
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	318.869	740.967
Agências de viagens	266.086	253.494
Agências de cargas	29.902	33.677
Companhias aéreas parceiras	8.877	291
Outros	13.845	15.690
Total moeda nacional	637.579	1.044.119
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	77.616	121.844
Agências de viagens	13.960	36.845
Agências de cargas	122	1.384
Companhias aéreas parceiras	19.464	30.740
Outros	9.005	11.550
Total moeda estrangeira	120.167	202.363
Total	757.746	1.246.482
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(18.047)	(16.952)
Total líquido	739.699	1.229.530

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de provisões para crédito de liquidação duvidosa, é como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
A vencer		
Até 30 dias	459.338	567.567
De 31 a 60 dias	88.893	213.334
De 61 a 90 dias	33.121	100.478
De 91 a 180 dias	54.832	187.883
De 181 a 360 dias	41.484	76.902
Acima de 360 dias	256	1.499
Total a vencer	677.924	1.147.663
Vencidas		
Até 30 dias	10.278	47.959
De 31 a 60 dias	21.677	23.290
De 61 a 90 dias	13.501	3.986
De 91 a 180 dias	11.474	3.009
De 181 a 360 dias	785	421
Acima de 360 dias	4.060	3.202
Total vencidas	61.775	81.867
Total	739.699	1.229.530

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	(16.952)	(11.284)
(Adições) e Exclusões	(1.095)	(13.499)
Baixa de montantes incobráveis	-	7.831
Saldo no final do exercício	(18.047)	(16.952)

9. Estoques

	Consolidado	
	2020	2019
Materiais de consumo	14.533	14.274
Peças e materiais de manutenção	181.105	184.939
Total	195.638	199.213

A movimentação da provisão para obsolescência de estoques é conforme segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldos no início do período	(14.302)	(12.808)
Adições	(702)	(2.168)
Baixas	2.142	674
Saldos no final do período	(12.862)	(14.302)

10. Adiantamento a fornecedores e terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adiantamento a fornecedores nacional	-	-	290.664	95.596
Adiantamento a fornecedores internacional	10.441	37	68.873	25.316
Adiantamento para materiais e reparos	-	-	48.933	48.930
Outros adiantamentos	-	-	-	20.883
Total adiantamento a fornecedores	10.441	37	408.470	190.725
 Circulante	 10.441	 37	 318.769	 142.338
Não circulante	-	-	89.701	48.387

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Antecipações de IRPJ e CSLL a recuperar	18.335	27.552	109.231	195.864
Imposto de renda retido na fonte	-	-	-	3.969
PIS e COFINS a recuperar (*)	-	-	387.033	273.152
Imposto de valor agregado (IVA), no exterior	-	-	3.998	4.650
Outros	62	60	5.097	6.181
Total	18.397	27.612	505.359	483.816
 Circulante	 6.295	 5.163	 186.955	 309.674
Não circulante	12.102	22.449	318.404	174.142

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a controlada GLA apurou créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS, no montante total de R\$126.675. Em 31 de dezembro de 2019, as controladas Smiles Fidelidade e GLA apuraram créditos extemporâneos de PIS e COFINS, nos montantes totais de R\$49.518 e R\$91.066, respectivamente.

12. Impostos diferidos

12.1. Impostos diferidos ativos (passivos)

As posições de ativos e passivos diferidos estão apresentadas a seguir e observam os direitos legais exequíveis de compensação que consideram impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributária.

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2019	Resultado	31/12/2020	31/12/2019	Resultado	Patrimônio líquido e outros ^(*)	31/12/2020
Diferido ativo							
Prejuízos fiscais	39.890	(1.969)	37.921	42.795	(5.186)	312	37.921
Base negativa de contribuição social	14.360	(710)	13.650	14.360	(710)	-	13.650
Diferenças temporárias:							
Provisão para perda com outros créditos	1.957	47	2.004	1.958	46	-	2.004
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	696	(779)	(83)	696	(779)	-	(83)
Outros	-	-	-	-	15	56	71
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	56.903	(3.411)	53.492	59.809	(6.614)	368	53.563
Diferido passivo							
Diferenças temporárias:							
Operações com derivativos	-	-	-	(42.154)	13.252	-	(28.902)
Provisão para <i>breakage</i>	-	-	-	(196.206)	2.708	-	(193.498)
Direitos de voo	-	-	-	(353.226)	-	-	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	-	-	-	(183.977)	(10.812)	-	(194.789)
Estorno da amortização do ágio para fins fiscais	-	-	-	(127.659)	-	-	(127.659)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	17.035	(6.737)	-	10.298
Provisão para perda com outros créditos	-	-	-	183.053	8.095	-	191.148
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	-	-	-	91.051	33.672	-	124.723
Devolução de aeronaves	-	-	-	146.239	44.539	-	190.778
Operações de arrendamento de aeronaves e outros	-	-	-	64.379	(53.793)	-	10.586
Lucros não realizados	-	-	-	68.111	1.732	-	69.843
Outros	-	-	-	89.313	(8.463)	214	81.064
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	-	-	-	(244.041)	24.193	214	(219.634)
Total do efeito dos impostos diferidos no resultado	-	(3.411)	-	-	17.579	-	-

(*) Variação cambial reconhecida em outros resultados abrangentes.

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2020 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização de suas bases e da expectativa de resultados futuros.

A Administração estima que os créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, poderão ser realizados conforme abaixo:

Ano	Valor
2021	1.438
2022	9.128
2023	12.657
2024	13.191
2025 a 2030	15.157
Total	51.571

A controlada direta GLA possui prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários futuros anuais, sem prazo para prescrição, não registrados no balanço patrimonial, nos seguintes montantes:

	GLA	
	2020	2019
Prejuízo fiscal de IRPJ	8.401.388	5.017.227
Base negativa de CSLL	8.401.388	5.017.227
Crédito tributário potencial	2.856.472	1.705.857

A conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social para períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(5.978.491)	(141.376)	(5.817.293)	388.945
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	2.032.687	48.068	1.977.880	(132.241)
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(1.811.034)	173.375	(149)	26
Diferença de alíquota sobre resultado de controladas	(29.562)	(192.511)	(4.734)	(207.565)
Despesas não tributáveis, líquidas	(1.028)	(956)	(124.577)	(61.219)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(191.052)	(29.603)	(174.151)	(101.329)
Juros sobre o capital próprio	(9.648)	(9.115)	8.693	8.212
Crédito de impostos extemporâneos	-	34.845	-	31.942
Benefício (não constituído) constituído sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias	-	-	(1.760.920)	252.567
Imposto de renda e contribuição social total	(9.637)	24.103	(77.958)	(209.607)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(6.226)	(8.591)	(95.537)	(178.621)
Diferido	(3.411)	32.694	17.579	(30.986)
Total imposto de renda e contribuição social	(9.637)	24.103	(77.958)	(209.607)

13. Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depósito para manutenção	-	-	1.032.418	830.282
Depósitos judiciais	49.838	61.447	667.565	841.746
Depósito em garantia de contratos de arrendamento	68.423	51.055	358.472	296.327
Total	118.261	112.502	2.058.455	1.968.355

13.1. Depósitos para manutenção

A Companhia efetua depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em determinados contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas às manutenções ou ao risco associado às atividades operacionais. Estes depósitos podem ser substituídos por garantias bancárias ou cartas de crédito (SBLC - *stand by letter of credit*) acordo com as condições estabelecidas no contrato de arrendamento da aeronave. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores.

A Companhia possui duas categorias de depósitos para manutenção:

- **Garantia de manutenção:** refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato de arrendamento, e podem também ser utilizados em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo destes depósitos em 31 de dezembro de 2020 era de R\$273.311 (R\$213.449 em 31 de dezembro de 2019).
- **Reserva de manutenção:** refere-se a valores pagos mensalmente com base na utilização dos componentes e podem ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo referente a tais reservas era de R\$759.108 (R\$616.833 em 31 de dezembro de 2019).

13.2. Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias de processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, a processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à GLA ou a qualquer parte relacionada. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que bloqueios ocorrem, é demandada sua exclusão e respectiva liberação dos recursos retidos. Em 31 de dezembro de 2020, os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig S.A. e a processos de terceiros eram de R\$91.378 e R\$108.350, respectivamente (R\$115.390 e R\$107.510 em 31 de dezembro de 2019), os demais valores referem-se a processos judiciais cuja Companhia é parte principal.

13.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia (em dólar norte-americano) às empresas arrendadoras, resgatáveis integralmente no vencimento dos contratos.

14. Investimentos

14.1. Composição dos investimentos

As informações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado
	GLA	Smiles Fidelidade	Trip
Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2020			
Quantidade total de ações	5.262.335.049	124.158.953	-
Capital social	4.554.280	254.610	1.318
Percentual de participação	100,0%	52,60%	60,0%
Patrimônio líquido (negativo)	(12.670.479)	1.350.329	1.359
Lucros não realizados (a)	-	(135.578)	-
Patrimônio líquido ajustado (b)	(12.670.479)	574.717	815
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(5.426.288)	195.957	(732)
Lucros não realizados do exercício (a)	-	(3.363)	-
Resultado líquido do exercício ajustado (b)	(5.426.288)	99.717	(439)
Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2019			
Quantidade total de ações	5.262.335.049	124.158.953	-
Capital social	4.554.280	254.610	1.318
Percentual de participação	100,00%	52,61%	60,00%
Patrimônio líquido (negativo)	(6.498.660)	1.205.335	2.091
Lucros não realizados (a)	-	(132.215)	-
Patrimônio líquido ajustado (b)	(6.498.660)	501.986	1.254
Resultado líquido do exercício	215.027	626.725	129
Lucros não realizados do exercício (a)	-	(35.909)	-
Resultado líquido do exercício ajustado (b)	215.027	294.899	77

(a) Corresponde a transações envolvendo a receita do resgate de milhas por passagens aéreas pelos participantes do Programa Smiles que, para fins de demonstrações consolidadas, apenas se realizam quando os participantes do programa são efetivamente transportados pela GLA.

(b) O patrimônio líquido ajustado e (prejuízo) lucro líquido do exercício ajustado corresponde ao percentual sobre o patrimônio líquido total e (prejuízo) lucro do exercício líquido dos lucros não realizados.

14.2. Movimentação dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	GLA	Smiles Fidelidade	Total	Trip
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(6.498.660)	501.986	(5.996.674)	1.254
Resultado de equivalência patrimonial	(5.426.288)	99.717	(5.326.571)	(439)
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	(781.033)	-	(781.033)	-
Variação cambial de conversão de investimento no exterior	-	564	564	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(28.370)	(28.370)	-
Remuneração baseada em ações	21.039	1.259	22.298	-
Perdas atuariais de benefício pós-emprego	14.463	(87)	14.376	-
Efeito de diluição de participação societária	-	(352)	(352)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(12.670.479)	574.718	(12.095.762)	815

15. Imobilizado

15.1. Controladora

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do imobilizado era de R\$68.660 na controlada GAC. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo totalizava R\$131.841, relacionado principalmente a adiantamento para aquisição de aeronaves, que foram parcialmente devolvidos pelo fabricante durante o ano de 2020, vide acordo citado na nota explicativa 1.3, e R\$108.538 referente a direitos de posse sobre as aeronaves na controlada GAC, os quais foram baixados em linha com as transações de *sale leaseback* efetuadas no exercício de 2020.

15.2. Consolidado

	Taxa média ponderada (a.a.)	2019	Adições / Alteração contratual	Baixas	Transferências	2020
Equipamentos de voo						
Custo						
Aeronaves - ROU ⁽¹⁾ com opção de compra ⁽⁵⁾		660.256	-	(660.256)	-	-
Aeronaves - ROU sem opção de compra		3.561.980	704.253	(245.524)	-	4.020.709
Peças e motores sobressalentes - próprios ^{(6) (7)}		1.764.295	206.253	(5.887)	(250)	1.964.411
Peças e motores sobressalentes - ROU		109.977	(15.296)	(10.352)	-	84.329
Benfeitorias em aeronaves e motores		3.084.023	351.386	(229.024)	-	3.206.385
Ferramentas		53.454	2.311	(194)	250	55.821
		9.233.985	1.248.907	(1.151.237)	-	9.331.655
Depreciação						
Aeronaves - ROU com opção de compra ⁽⁵⁾		(226.433)	(2.935)	229.368	-	-
Aeronaves - ROU sem opção de compra	16,52%	(719.377)	(783.678)	82.407	-	(1.420.648)
Peças e motores sobressalentes - próprios ^{(6) (7)}	7,13%	(706.381)	(133.806)	3.139	-	(837.048)
Peças e motores sobressalentes - ROU	25,59%	(26.745)	(30.274)	9.079	-	(47.940)
Benfeitorias em aeronaves e motores	44,20%	(1.717.552)	(780.054)	215.564	-	(2.282.042)
Ferramentas	10,00%	(24.712)	(4.148)	163	-	(28.697)
		(3.421.200)	(1.734.895)	539.720	-	(4.616.375)
Total líquido - equipamentos de voo		5.812.785	(485.988)	(611.517)	-	4.715.280
Imobilizado de uso						
Custo						
Veículos		11.681	159	(576)	-	11.264
Máquinas e equipamentos		63.091	888	(1.138)	-	62.841
Móveis e utensílios		32.983	1.386	(1.579)	-	32.790
Computadores e periféricos - próprios		45.732	2.863	(1.108)	-	47.487
Computadores e periféricos - ROU		21.992	-	-	-	21.992
Equipamentos de comunicação		2.548	8	(323)	-	2.233
Equipamentos de segurança		856	-	(801)	-	55
Benfeitoria em propriedade de terceiros - CMA ⁽³⁾		107.637	-	-	-	107.637
Benfeitoria em propriedade de terceiros		71.174	330	-	4.210	75.714
Imóveis de terceiros - ROU		22.354	5.583	(70)	-	27.867
Obras em andamento		17.906	1.141	-	(4.210)	14.837
		397.954	12.358	(5.595)	-	404.717
Depreciação						
Veículos	20,00%	(9.291)	(595)	314	-	(9.572)
Máquinas e equipamentos	10,00%	(45.437)	(4.045)	1.065	-	(48.417)
Móveis e utensílios	10,00%	(19.908)	(2.088)	1.513	-	(20.483)
Computadores e periféricos - próprios	20,00%	(33.190)	(3.740)	1.093	-	(35.837)
Computadores e periféricos - ROU	35,26%	(7.682)	(7.778)	-	-	(15.460)
Equipamentos de comunicação	10,00%	(2.081)	(95)	305	-	(1.871)
Equipamentos de segurança	10,00%	(615)	(3)	586	-	(32)
Benfeitoria em propriedade de terceiros - CMA	12,05%	(102.675)	(4.962)	-	-	(107.637)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	20,31%	(39.039)	(10.289)	-	-	(49.328)
Imóveis de terceiros - ROU	35,57%	(7.156)	(8.748)	70	-	(15.834)
		(267.074)	(42.343)	4.946	-	(304.471)
Total líquido - imobilizado de uso		130.880	(29.985)	(649)	-	100.246
Perdas por redução ao valor recuperável ⁽²⁾	-	(41.719)	7.389	-	-	(34.330)
Total		5.901.946	(508.584)	(612.166)	-	4.781.196
Adiantamento a fornecedores ⁽⁴⁾	-	156.155	96.537	(73.600)	-	179.092
Total imobilizado		6.058.101	(412.047)	(685.766)	-	4.960.288

(1) ROU - Direito de uso

(2) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens *rotáveis* (peças de reposição), classificados na rubrica de "Peças e motores sobressalentes", constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício futuro esperado.

(3) CMA - Centro de manutenção - Confins/MG

(4) A baixa refere-se a devolução de PDP conforme mencionado na nota explicativa 1.3.

(5) Baixa decorrente da transação de *sale-leaseback*, vide nota explicativa 18.1

(6) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de peças sobressalentes está concedido em garantia ao *Secured Senior Notes 2026*, conforme nota explicativa 17.

(7) Em 31 de dezembro de 2020, 19 motores da Companhia estão concedidos em garantia ao *Spare Engine Facility* e ao *Loan Facility*, conforme nota explicativa 17.

16. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível estão apresentadas a seguir:

		Consolidado			
	Taxa média ponderada (a.a.)	2019	Adições	Baixas	2020
Custo					
Ágio	-	542.302	-	-	542.302
Slots	-	1.038.900	-	-	1.038.900
Softwares	-	579.370	63.993	(135.629)	507.734
Outros	-	10.000	-	-	10.000
Total custo		2.170.572	63.993	(135.629)	2.098.936
Amortização					
Softwares	25,73%	(389.730)	(91.314)	135.383	(345.661)
Outros	20,00%	(4.167)	(2.000)	-	(6.167)
Total amortização		(393.897)	(93.314)	135.383	(351.828)
Intangível líquido		1.776.675	(29.321)	(246)	1.747.108

Os saldos de ágio e dos direitos de operação em aeroportos (*slots*) foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2020 e 2019 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa, dando origem ao valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - “UGC”). Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

A Companhia realiza a alocação do ágio em duas unidades geradoras de caixa: GLA e Smiles, e os *slots* são integralmente alocados à unidade geradora de caixa GLA, conforme apresentado a seguir:

	<i>Goodwill</i>		
	GLA	Smiles	Slots
31 de dezembro de 2020			
Valor contábil	325.381	216.921	1.038.900
Valor em uso	20.784.520	6.771.427	21.064.362
Taxa de desconto	13,98%	14,72%	12,20%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,25%	3,25%	3,25%
Teste de sensibilidade			
10% variação			
Valor em uso	17.956.770	6.266.730	19.032.099
Alteração do valor em uso	(2.827.751)	(504.697)	(2.032.263)
25% variação			
Valor em uso	14.520.245	5.655.353	16.572.033
Alteração do valor em uso	(6.264.275)	(1.116.074)	(4.492.329)
31 de dezembro de 2019			
Valor contábil	325.381	216.921	1.038.900
Valor em uso	26.543.428	6.061.994	21.373.789
Taxa de desconto	12,20%	12,07%	12,85%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,55%	3,55%	3,53%
Teste de sensibilidade			
10% variação			
Valor em uso	23.669.415	5.627.542	19.271.395
Alteração do valor em uso	(2.874.013)	(434.452)	(2.102.394)
25% variação			
Valor em uso	20.157.425	5.109.292	16.735.128
Alteração do valor em uso	(6.386.003)	(952.702)	(4.638.661)

Os resultados obtidos foram comparados com o valor contábil de cada unidade geradora de caixa e, como resultado, a Companhia não reconheceu perdas em relação ao valor recuperável de suas UGCs.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso das unidades geradoras de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são:

- Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação.
- Demanda: a eficiência de mercado é o principal *input* para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share*) e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a Companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo.
- Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela GLA e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo).
- Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana.

A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira - “ANP”) e taxa de juros (fonte: Bloomberg).

17. Empréstimos e financiamentos

A composição e a movimentação dos empréstimos e financiamentos estão apresentadas a seguir:

			Controladora												
			2019										2020		
	Vencimento	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos e ágio	Circulante	Não circulante	Total
Em US\$:															
Term Loan B (a)	08/2020	6,50%	1.229.600	-	1.229.600	-	-	(1.641.390)	65.382	(97.632)	437.942	6.098	-	-	-
Financiamento garantido (b)	12/2021	9,50%	-	-	-	1.367.825	-	(833.171)	36.749	(36.366)	(50.924)	-	484.113	-	484.113
Senior Notes 2022 (c)	01/2022	8,88%	12.102	313.267	325.369	-	-	(405.878)	7.052	(20.695)	92.730	1.422	-	-	-
ESN ⁽¹⁾ (d)	07/2024	3,75%	29.443	1.753.526	1.782.969	-	(374.994)	-	178.414	(75.486)	424.327	(416)	37.960	1.896.854	1.934.814
Senior Notes 2025 (e)	01/2025	7,00%	75.587	2.548.472	2.624.059	37.322	-	-	235.588	(215.506)	751.423	5.951	98.521	3.340.316	3.438.837
Secured Notes 2026 (f)	06/2026	8,00%	-	-	-	952.509	-	-	1.828	-	20	1.293	1.848	953.802	955.650
Bônus Perpétuos (g)	-	8,75%	12.815	620.328	633.143	-	-	-	69.356	(69.593)	183.393	-	16.522	799.777	816.299
Total			1.359.547	5.235.593	6.595.140	2.357.656	(374.994)	(2.880.439)	594.369	(515.278)	1.838.911	14.348	638.964	6.990.749	7.629.713

(1) Exchangeable Senior Notes ver nota explicativa 34.2.

- (a) Captação de Term Loan pela controlada Gol Finance em 31 de agosto de 2016 para o financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários, com garantia fidejussória da Delta Airlines.
- (b) Financiamento garantido captado pela controlada Gol Finance em 31 de agosto de 2020, junto à Delta Airlines, garantido através de ações Smiles e outros ativos, com vencimento em 30 de dezembro de 2021.
- (c) Emissão de Senior Notes 2022 pela controlada Gol Finance em 24 de setembro de 2014, com a finalidade de repactuação do endividamento da Companhia.
- (d) Emissão do Exchangeable Senior Notes ("ESN") pela controlada Gol Finance em março, abril e julho de 2019, no montante total de US\$425 milhões com vencimento em 2024, sobre os quais incidirão juros nominais de 3,75% a.a..
- (e) Emissões de Senior Notes 2025 pela controlada Gol Finance em 11 de dezembro de 2017 e em 2 de fevereiro de 2018, para recompra de Senior Notes e propósitos gerais da Companhia.
- (f) Emissão de Secured Notes 2026 pela controlada Gol Finance em 23 de dezembro de 2020 no montante de US\$200 milhões, com vencimento em 30/06/2026.
- (g) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em 5 de abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves.

Consolidado																
2019							2020									
	Venci- mento	Taxa de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN	Pagamento de principal	Juros incor- ridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos e ágio	Circulante	Não circulante	Total	
Em R\$:																
Capital de Giro (a)	10/2025	6,48%	-	-	-	704.172	-	(450.532)	20.261	(17.011)	-	-	239.615	17.275	256.890	
Debêntures VII (b)	03/2022	3,41% ⁽³⁾	289.423	289.302	578.725	-	-	-	25.936	(23.638)	-	6.065	440.918	146.170	587.088	
Em US\$:																
Term Loan B (c)	08/2020	6,50%	1.229.600	-	1.229.600	-	-	(1.641.390)	65.382	(97.632)	437.942	6.098	-	-	-	
Financiamento de importação (d)	01/2021	5,63%	663.979	-	663.979	25.974	-	(103.238)	41.326	(45.856)	201.474	-	783.659	-	783.659	
Financiamento garantido (e)	12/2021	9,50%	-	-	-	1.367.825	-	(833.171)	36.749	(36.366)	(50.924)	-	484.113	-	484.113	
Senior Notes 2022 (f)	01/2022	8,88%	12.102	313.267	325.369	-	-	(405.878)	7.052	(20.695)	92.730	1.422	-	-	-	
Financiamento com garantia Ex- Im Bank (g)	12/2022	0,92%	180.812	76.395	257.207	124.074	-	(216.829)	5.488	(4.469)	71.877	7.396	194.786	49.958	244.744	
ESN ⁽¹⁾ (h)	07/2024	3,75%	29.443	1.753.526	1.782.969	-	(374.994)	-	178.414	(75.486)	424.327	(416)	37.960	1.896.854	1.934.814	
Spare Engine Facility (i)	09/2024	2,56%	17.551	201.084	218.635	-	-	(63.482)	8.957	(9.282)	64.670	282	22.771	197.009	219.780	
Senior Notes 2025 (j)	01/2025	7,00%	75.587	2.548.472	2.624.059	37.322	-	-	235.588	(215.506)	751.423	5.951	98.521	3.340.316	3.438.837	
Secured Notes 2026 (k)	06/2026	8,00%	-	-	-	952.509	-	-	1.828	-	20	1.293	1.848	953.802	955.650	
Loan Facility (l)	03/2028	4,73%	31.727	150.821	182.548	59.949	-	(33.719)	11.974	(8.969)	53.681	237	32.566	233.135	265.701	
Bônus Perpétuos ⁽²⁾ (m)	-	8,75%	12.815	533.935	546.750	99.135	-	-	60.035	(60.117)	159.887	-	16.522	789.168	805.690	
Total			2.543.039	5.866.802	8.409.841	3.370.960	(374.994)	(3.748.239)	698.990	(615.027)	2.207.107	28.328	2.353.279	7.623.687	9.976.966	

⁽¹⁾ Exchangeable Senior Notes ver nota explicativa 34.2.

⁽²⁾ Contempla eliminação de partes relacionadas, considerando títulos desta emissão, efetuada pela Gol Finance, detidos pela GLA em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$10.609 (R\$86.393 em 31 de dezembro de 2019).

⁽³⁾ Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após Split houve divisão em três séries: Série 1 com taxa de 120% do CDI; Série 2 com taxa CDI + 5,40% e série 3 com taxa CDI + 3,50%.

(a) Emissão de operações que tem o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da Companhia.

(b) Emissão de 88.750 debêntures pela controlada GLA em 22 de outubro de 2018, com a finalidade de liquidação integral antecipada da Debêntures VI.

(c) Captação de Term Loan pela controlada Gol Finance em 31 de agosto de 2016 para o financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários, com garantia fidejussória da Delta Airlines

(d) Linhas de crédito junto a bancos privados, utilizadas para financiamento de importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. As taxas de juros negociadas são Libor 3m+4,40% a.a. e Libor 1m+3,25% a.a.

(e) Financiamento garantido captado pela controlada Gol Finance em 31 de agosto de 2020, junto à Delta Airlines, garantido através de ações Smiles e outros ativos, com vencimento em 30 de dezembro de 2021.

(f) Emissão de Senior Notes 2022 pela controlada Gol Finance em 24 de setembro de 2014, com a finalidade de repactuação do endividamento da Companhia.

(g) Financiamento para realização de serviços de manutenção de motores com garantia do Ex-Im Bank com taxa média de 0,81% a.a., composta por 4 operações, sendo 3 operações com vencimentos em 2021 e 1 operação com vencimento em 2022.

(h) Emissão do Exchangeable Senior Notes ("ESN") pela controlada Gol Finance em março, abril e julho de 2019, no montante total de US\$425 milhões com vencimento em 2024.

(i) Empréstimo com garantia de motores próprios da Companhia, com vencimento em 2024.

(j) Emissões de Senior Notes 2025 pela controlada Gol Finance em 11 de dezembro de 2017 e em 2 de fevereiro de 2018, para recompra de Sênior Notes e propósitos gerais da Companhia.

(k) Emissões de Secured Senior Notes 2026 pela controlada Gol Finance em 23 de dezembro de 2020 no montante de US\$200 milhões, com vencimento em 2026.

(l) Empréstimos com garantia de 5 motores no total, realizado em 28 de junho de 2018. As taxas contratadas variam entre Libor 6m+2,35% a.a. até Libor 6m+4,25% a.a.

(m) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em 5 de abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves.

O total de empréstimos e financiamentos individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 inclui custos de captação e prêmios no importe de R\$173.086 e R\$189.195, respectivamente (R\$119.118 e R\$143.119 em 31 de dezembro de 2019) que são amortizados ao longo da vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos. O total inclui ainda ágio também amortizável e valor justo do instrumento financeiro derivativo, ambos referentes à ESN, no montante de R\$ 42.226 e R\$346.030, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 (R\$54.479 e R\$626.557 em 31 de dezembro de 2019).

17.1. Novas captações de empréstimos e financiamentos realizados durante exercício findo em 31 de dezembro de 2020

17.1.1. Capital de Giro

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, captou recursos e renegociou vencimentos de contratos desta modalidade, com a colocação de notas promissórias como garantia das operações. Tais operações tem o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da companhia. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da operação	Montante (R\$ mil)	Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
Novas captações			
20/04/2020	21.195	8,52%	20/07/2020
20/04/2020	72.000	10,03%	20/07/2020
20/04/2020	94.830	8,99%	18/08/2020
08/05/2020	147.871	CDI + 6,9%	07/08/2020
11/05/2020	10.013	8,60%	10/08/2020
13/05/2020	24.000	CDI + 8%	12/03/2021
15/05/2020	254.468	CDI + 2,5%	09/11/2020
07/10/2020	59.795	8,58%	07/12/2020
23/10/2020	10.000	6,90%	23/10/2025
26/11/2020	10.000	10,69%	19/05/2023
Total	704.172		
Renegociações			
20/04/2020	94.830	8,99%	18/08/2020
08/05/2020	105.903	CDI + 6,9%	07/08/2020
18/06/2020	21.195	8,52%	20/08/2020
07/07/2020	110.903	CDI + 6,9%	07/08/2020
20/07/2020	50.000	10,03%	17/11/2020
07/08/2020	44.361	CDI + 6,9%	05/11/2020
10/08/2020	10.013	8,60%	30/09/2020
18/08/2020	94.830	8,99%	30/09/2020
31/08/2020	114.666	CDI + 2,50%	15/03/2021
02/09/2020	37.640	10,03%	01/12/2020
30/09/2020	94.830	8,99%	15/12/2020
30/09/2020	10.013	8,60%	15/12/2020
07/12/2020	59.795	8,58%	05/03/2021
15/12/2020	94.830	8,99%	15/03/2021
15/12/2020	10.013	8,60%	15/03/2021
Total	953.822		

17.1.2. Financiamentos de importação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, captou recursos e renegociou vencimentos de contratos desta modalidade, com a colocação de notas promissórias como garantia das operações. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito que a GLA mantém para financiamento de importações, com o objetivo de manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da operação	Montante		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
Novas captações				
19/02/2020	5.920	25.974	4,07%	13/02/2021
Renegociações				
02/01/2020	4.335	18.508	5,79%	30/06/2020
14/01/2020	4.571	19.516	6,22%	13/05/2020
17/01/2020	6.455	27.560	5,71%	15/07/2020
21/01/2020	8.595	36.696	6,22%	20/05/2020
24/01/2020	4.815	20.558	4,17%	15/01/2021
31/01/2020	5.925	25.297	5,63%	29/07/2020
14/02/2020	7.069	31.801	5,59%	12/08/2020
21/02/2020	6.531	29.381	5,56%	19/08/2020
16/04/2020	10.400	56.441	4,14%	16/06/2020
22/04/2020	5.407	29.344	8,60%	20/08/2020
22/04/2020	7.711	41.848	5,65%	19/10/2020
22/04/2020	6.053	32.850	5,65%	19/10/2020
24/04/2020	9.347	50.726	8,52%	24/08/2020
13/05/2020	4.571	19.516	7,93%	10/09/2020
20/05/2020	5.148	21.979	7,87%	17/09/2020
29/05/2020	7.195	39.042	5,12%	25/11/2020
08/06/2020	9.638	52.778	4,95%	05/11/2020
08/06/2020	7.823	42.839	4,29%	06/10/2020
08/06/2020	10.436	57.148	4,95%	05/11/2020
08/06/2020	6.990	38.277	4,29%	06/10/2020
08/06/2020	7.045	38.578	4,95%	05/11/2020
15/06/2020	735	4.025	4,98%	14/12/2020
16/06/2020	10.400	56.441	4,29%	14/10/2020
30/06/2020	4.335	18.508	4,92%	29/12/2020
15/07/2020	6.455	27.560	4,87%	11/01/2021
29/07/2020	5.925	25.297	4,85%	25/01/2021
12/08/2020	7.069	31.801	4,32%	25/09/2020
14/08/2020	3.396	18.581	3,84%	08/01/2021
19/08/2020	6.531	29.381	4,30%	02/10/2020
20/08/2020	5.407	29.344	7,75%	18/12/2020
24/08/2020	9.347	50.726	7,76%	22/12/2020
10/09/2020	4.571	19.516	7,75%	08/01/2021
17/09/2020	5.148	21.979	7,75%	15/01/2021
25/09/2020	7.069	31.801	4,35%	15/12/2020
02/10/2020	6.531	29.381	4,36%	15/12/2020
06/10/2020	7.823	42.839	2,93%	04/01/2021
06/10/2020	6.990	38.277	2,93%	04/01/2021
14/10/2020	10.400	56.441	2,92%	09/01/2021
19/10/2020	7.711	41.848	4,74%	15/12/2020
19/10/2020	6.053	32.850	4,74%	15/12/2020
05/11/2020	9.638	52.778	2,92%	03/02/2021
05/11/2020	10.436	57.148	2,92%	03/02/2021
05/11/2020	7.045	38.578	2,92%	03/02/2021
12/11/2020	6.668	35.554	2,91%	10/02/2021
25/11/2020	7.195	39.042	4,42%	15/12/2020
14/12/2020	735	4.025	4,76%	15/03/2021
15/12/2020	6.531	29.381	4,54%	15/03/2021
15/12/2020	7.711	41.848	4,54%	15/03/2021
15/12/2020	6.053	32.850	4,54%	15/03/2021
15/12/2020	7.195	39.042	4,54%	15/03/2021
15/12/2020	7.069	31.801	4,54%	15/03/2021
18/12/2020	5.407	29.344	7,76%	16/06/2021
22/12/2020	9.347	50.726	7,76%	21/06/2021
29/12/2020	4.335	18.508	4,78%	29/03/2021
Total	363.321	1.837.904		

17.1.3. Financiamento garantido

Em agosto de 2020, a Companhia captou junto a Delta Airlines um financiamento bilateral com a garantia de ações Smiles e outros ativos no valor de U\$250 milhões correspondente a R\$1.367.825 na data da captação.

Data da Operação	Principal		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
31/08/2020	250.000	1.367.825	9,50%	30/12/2021

A Companhia já amortizou U\$157 milhões, correspondente a R\$833.171 do principal captado. Em 31 de dezembro de 2020 o montante devido, incluindo principal e juros, é de U\$93.157, R\$484.113 considerando a cotação de fechamento do dólar na data.

17.1.4. Financiamento com garantia *Ex-Im Bank*

Em junho de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, realizou a captação apresentada a seguir com caixa restrito (Nota 7) cedido em garantia:

Data da Operação	Principal		Custos		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
19/06/2020	25.000	129.263	1.003	5.189	Libor 6M + 0,6%	23/12/2022

17.1.5. Senior Notes 2026

Em dezembro de 2020, a Companhia realizou uma captação de um *Senior Secured Notes* com vencimento em junho de 2026 e garantidas por alienações fiduciárias de certos ativos: (i) substancialmente toda a propriedade intelectual da Companhia, incluindo patentes, marcas registradas, nomes de marcas e domínios; e (ii) as peças de reposição (*spare parts*) de aeronaves da GLA.

Data da operação	Principal		Custos		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
23/12/2020	200.000	1.039.340	16.750	86.831	8,00% a.a.	30/06/2026

17.1.6. Loan Facility

Em março de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, realizou captação de financiamento com garantia de motores próprios da Companhia. As informações acerca de tal financiamento estão apresentadas a seguir:

Data da Operação	Principal		Custos		Taxa de juros (a.a.)	Data de vencimento
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)		
20/03/2020	12.000	60.847	177	898	Libor 1M + 3,33%	20/03/2028

17.2. Empréstimos e financiamentos - não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão apresentados a seguir:

	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Sem vencimento	Total
Controladora							
Em US\$:							
ESN	-	-	1.896.854	-	-	-	1.896.854
Senior Notes 2025	-	-	-	3.340.316	-	-	3.340.316
Senior Notes 2026	-	-	-	-	953.802	-	953.802
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	799.777	799.777
Total	-	-	1.896.854	3.340.316	953.802	799.777	6.990.749
Consolidado							
Em R\$:							
Capital de giro	7.543	4.752	2.500	2.480	-	-	17.275
Debêntures VII	146.170	-	-	-	-	-	146.170
Em US\$:							
Financiamento com garantia Ex-Im Bank	49.958	-	-	-	-	-	49.958
ESN	-	-	1.896.854	-	-	-	1.896.854
Spare Engine Facility	23.075	23.075	150.859	-	-	-	197.009
Senior Notes 2025	-	-	-	3.340.316	-	-	3.340.316
Senior Notes 2026	-	-	-	-	953.802	-	953.802
Loan Facility	30.936	31.961	33.039	34.197	103.002	-	233.135
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	789.168	789.168
Total	257.682	59.788	2.083.252	3.376.993	1.056.804	789.168	7.623.687

Os valores justos dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2020, são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil (*)	Valor justo	Contábil (*)	Valor justo
Debêntures	-	-	587.088	591.666
Financiamento garantido	484.113	484.113	484.113	484.113
ESN	1.934.814	1.948.441	1.934.814	1.948.441
Bônus Perpétuos e outros Sênior Notes	5.210.786	4.908.995	5.200.177	4.903.902
Demais empréstimos	-	-	1.770.774	1.770.774
Total	7.629.713	7.341.549	9.976.966	9.698.896

(*) Valor líquido dos custos de captação.

17.3. Condições contratuais restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) no Financiamento garantido e nas Debêntures VII.

No âmbito do financiamento garantido, a Companhia possui a observância de cumprir com condições de garantias específicas no contrato bilateral com a Delta Airlines. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía ações de Smiles e outros ativos colocados em garantia pela GLAI referente a esse contrato que satisfazem as condições contratuais.

Nas Debêntures VII, a obrigatoriedade de mensuração de tais indicadores é semestral, sendo que:

Em 31 de março de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, onde foi deliberada a suspensão dos efeitos do vencimento antecipado automático, tendo em vista a ausência de pagamento do valor nominal unitário das debêntures referente a parcela vencida em 28 de março de 2020. Na referida Assembleia, foi decidida a prorrogação em 10 dias das obrigações

de amortização de principal das debêntures.

Em 9 de abril de 2020, na Assembleia Geral de Debenturistas foi decidida a postergação da amortização das debêntures no valor correspondente a R\$148 milhões, originalmente programada para 28 de março de 2020, sendo, portanto, postergada para 28 de março de 2022. Nesta data, também foi concedida a anuência prévia (*waiver*) em relação ao descumprimento dos índices e limites financeiros estabelecidos relativos ao exercício de 2020, que seriam objeto de medição em 30 de junho e 31 de dezembro de 2020, permanecendo vigentes as demais leituras a partir do exercício de 2021.

Em 25 de setembro de 2020, em Assembleia Geral de Debenturistas foi decidida a postergação da amortização das debentures no valor corresponde a R\$148 milhões, originalmente programada para ocorrer em 28 de setembro de 2020, sendo, portanto, postergada para 28 de março de 2021.

18. Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de arrendamentos a pagar é composto por: (i) R\$16.252 referente a pagamentos variáveis, não inseridos na mensuração do passivo, e arrendamentos de curto prazo, os quais se enquadram na isenção prevista no CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16; e (ii) R\$7.567.940 referente ao valor presente nesta data dos pagamentos futuros de arrendamentos. Em 31 de dezembro de 2019 todo o passivo referia-se ao valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos.

A composição e a movimentação do valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos estão apresentadas a seguir:

	Taxa média ponderada (a.a.)	2019			Adições	Baixas	Alteração contratual	Pagamentos	Depósito em garantia	Juros incorridos	Pagamento de juros	Variação cambial	2020		
		Circulante	Não circulante	Total									Circulante	Não circulante	Total
Em R\$:															
Arrendamentos sem opção de compra	13,11%	21.781	23.026	44.807	5.189	-	399	(15.044)	-	12.164	-	-	32.530	14.985	47.515
Total		21.781	23.026	44.807	5.189	-	399	(15.044)	-	12.164	-	-	32.530	14.985	47.515
Em US\$:															
Arrendamentos com opção de compra	3,72%	128.936	419.894	548.830	-	(618.486)	-	(26.049)	-	4.592	(4.530)	95.643	-	-	-
Arrendamentos sem opção de compra	12,03%	1.253.995	4.205.148	5.459.143	449.059	(85.678)	220.849	(1.017.599)	(44.736)	801.773	-	1.737.614	1.268.226	6.252.199	7.520.425
Total		1.382.931	4.625.042	6.007.973	449.059	(704.164)	220.849	(1.043.648)	(44.736)	806.365	(4.530)	1.833.257	1.268.226	6.252.199	7.520.425
Total arrendamentos		1.404.712	4.648.068	6.052.780	454.248	(704.164)	221.248	(1.058.692)	(44.736)	818.529	(4.530)	1.833.257	1.300.756	6.267.184	7.567.940

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu diretamente no custo dos serviços prestados, o montante de R\$33.721 referente a arrendamentos de curto prazo e pagamentos variáveis, em base linear.

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento estão detalhados a seguir:

	Sem opção de compra		Com opção de compra
	2020	2019	2019
2020	-	1.691.357	148.613
2021	2.102.771	1.324.403	148.744
2022	1.982.685	1.125.060	207.654
2023	1.642.264	904.627	72.801
2024	1.260.405	651.245	11.279
2025 em diante	3.720.405	1.287.742	5.551
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	10.708.530	6.984.434	594.642
Menos total de juros	(3.124.338)	(1.480.484)	(45.812)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	7.584.192	5.503.950	548.830
Menos parcela do circulante	(1.317.008)	(1.275.776)	(128.936)
Parcela do não circulante	6.267.184	4.228.174	419.894

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou renegociações de seus contratos de arrendamentos de aeronaves e motores operacionais, sem opção de compra, que resultaram em modificações contratuais relacionadas a extensões de prazo e valores de contraprestação mensais em comparação aos termos originais dos contratos de arrendamento. Para os contratos renegociados que tiveram apenas os seus pagamentos postergados até junho de 2021, a Companhia optou por não avaliar tais alterações como modificações dos contratos de arrendamento, como previsto no expediente prático da alteração do “Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamento em decorrência de Benefício Concedido em Contrato de Arrendamento Relacionado ao Covid-19 para arrendatários”. Para os demais contratos, a Companhia registrou a atualização dessas renegociações e remensurou o passivo de arrendamento uma vez que o diferimento das parcelas ocorrerá com base em novos fluxos de pagamentos, taxa de desconto e taxa de câmbio na data da modificação contratual, conforme previsto na norma vigente. Os efeitos acumulados apurados e atualizados no exercício de 31 de dezembro de 2020 foram divulgados na nota explicativa 1.1.5.

18.1. Transações de *sale-leaseback*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou ganho líquido de R\$372.312 na controladora e R\$551.942 no consolidado decorrente de transações de *sale-leaseback* de 11 aeronaves (R\$7.413 e R\$7.924 na controladora e consolidado, respectivamente, decorrente de operações de *sale leaseback* de 1 aeronave negociada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) reconhecido no resultado na rubrica de “Transações de *sale-leaseback*” no grupo de outras receitas e despesas operacionais, líquidas vide nota explicativa 30.

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Moeda nacional	48.345	15.952	1.164.193	833.781
Moeda estrangeira	24.357	3.164	481.001	462.636
Total	72.702	19.116	1.645.194	1.296.417
Circulante	72.702	19.116	1.612.536	1.286.275
Não circulante	-	-	32.658	10.142

20. Fornecedores - Risco sacado

A Companhia possui contratos que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira e que foram convertidos em operações de capital de giro descritos na nota explicativa 17. Em 31 de dezembro de 2020, não há montante em aberto decorrente das operações de risco sacado (R\$554.467 em 31 de dezembro de 2019).

21. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS e COFINS	216	2.278	23.647	39.133
Parcelamentos (*)	-	-	41.641	2.117
IRRF sobre salários	43	32	33.011	54.649
ICMS	-	-	472	424
IRPJ e CSLL a recolher	-	1.951	13	9.496
Outros	33	-	7.192	10.788
Total	292	4.261	105.976	116.607

Circulante	292	4.261	73.614	116.523
Não circulante	-	-	32.362	84

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia realizou o parcelamento ordinário das contribuições de PIS e COFINS no montante de R\$43.945, pelo prazo de 60 meses, já tendo liquidado o total de R\$4.443 no próprio exercício.

22. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante era de R\$2.050.799 (R\$1.966.148 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 6.691.911 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (6.239.179 em 31 de dezembro de 2019) com prazo médio de utilização de 102 dias (59 dias em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos de transportes a executar são apresentados líquidos do *breakage* correspondente a R\$299.188 em 31 de dezembro de 2020 (R\$415.688 em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui reembolsos a pagar referentes a transportes não executados no montante de R\$253.963, registrados como Outras obrigações no passivo circulante.

23. Programa de milhagem

	Consolidado	
	2020	2019
Programa de milhas	2.145.097	1.755.985
Outros	5.817	1.764
<i>Breakage</i>	(569.952)	(577.075)
Total	1.580.962	1.180.674
Circulante	1.258.502	1.009.023
Não circulante	322.460	171.651

O *breakage* consiste na estimativa de milhas que apresentam alto potencial de expiração devido à sua expectativa de não utilização. O CPC 47, equivalente ao IFRS 15, prevê o reconhecimento da receita pela estimativa (*breakage*) ao longo do período contratual, portanto, antes do resgate das milhas, haja visto que este não é esperado antes da expiração.

24. Provisões

	Consolidado			
	Benefício pós-emprego	Provisões para devolução de aeronaves e motores	Processos judiciais (a)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	96.760	869.078	291.218	1.257.056
Constituição (reversão) de provisão	10.136	(58.702)	288.803	240.237
Provisões utilizadas	-	(113.805)	(187.491)	(301.296)
Alteração de premissas	(24.541)	-	-	(24.541)
Experiência do plano	10.706	-	-	10.706
Ajuste a valor presente	6.488	67.609	-	74.097
Variação cambial	-	266.735	(98)	266.637
Saldos em 31 de dezembro de 2020	99.549	1.030.915	392.432	1.522.896
Em 31 de dezembro de 2020				
Circulante	-	169.381	-	169.381
Não circulante	99.549	861.534	392.432	1.353.515
Total	99.549	1.030.915	392.432	1.522.896
Em 31 de dezembro de 2019				
Circulante	-	203.816	-	203.816
Não circulante	96.760	665.262	291.218	1.053.240
Total	96.760	869.078	291.218	1.257.056

(a) As provisões utilizadas consideram baixas por reavaliação de estimativa e processos liquidados.

24.1. Benefício pós-emprego

A Companhia oferece aos seus colaboradores planos de assistência médica que em decorrência da observação da legislação vigente gera obrigações com benefícios pós-emprego.

Devido ao aumento significativo das taxas indicativas dos títulos públicos federais atrelados à inflação (NTN-B), com vencimentos longos utilizados, conforme determinado pelas normas contábeis aplicáveis, para definição da taxa de desconto utilizadas na determinação do passivo pós-emprego, gerou uma redução no valor da obrigação.

Esta alteração significativa da circunstância econômica motivou a atualização da hipótese de taxa de desconto e, conseqüentemente, do valor da obrigação e da despesa contábil correlacionada para o restante do exercício de 2020. Os montantes referentes a alteração da taxa de desconto e perda de experiência do plano foram contabilizados em outros resultados abrangentes.

Os títulos utilizados para determinação da hipótese da taxa de desconto foram os negociados na data de 22 de junho de 2020. Além da taxa de desconto, a hipótese de inflação de longo prazo também foi atualizada em linha com o relatório de inflação do Banco Central. Para as demais hipóteses utilizadas no cálculo, não foram necessárias atualizações.

As premissas atuariais aplicadas na mensuração do benefício pós-emprego estão apresentadas a seguir:

Premissas atuariais	Consolidado	
	2020	2019
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
Taxa nominal de desconto a.a.	7,88%	7,23%
Taxa real de desconto a.a.	4,23%	3,60%
Taxa de inflação estimada no longo prazo a.a.	3,00%	3,50%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica nominal a.a.	6,35%	6,86%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica real a.a.	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Média ponderada de premissas para determinar o custo (receita) do benefício definido		
Taxa nominal de desconto	7,23%	9,93%
Taxa real de desconto a.a.	4,23%	5,70%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,50%	4,00%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica nominal a.a.	6,86%	7,38%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica real a.a.	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
		Consolidado
		2020
Custo do serviço corrente reconhecido no resultado		10.136
Custo dos juros reconhecido no resultado		6.488
Total		16.624

24.2. Provisões para devolução de aeronaves e motores

Tais provisões consideram os custos que atendem as condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução, conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento. A constituição inicial é capitalizada em contrapartida ao imobilizado, na rubrica de “Benfeitorias em aeronaves e motores”.

24.3. Processos judiciais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como prováveis, possíveis ou remotos. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estes não serão registrados, mas sua natureza será divulgada.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 - “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, equivalente ao IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado			
	Perda provável		Perda possível	
	2020	2019	2020	2019
Cíveis	100.806	78.119	64.181	62.473
Trabalhistas	269.297	210.699	238.702	237.253
Tributários	22.329	2.400	574.356	586.812
Total	392.432	291.218	877.239	886.538

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para as causas cíveis e trabalhistas.

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, essencialmente, em temas relacionados a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Os processos de natureza tributária apresentadas abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2020:

- A GLA discute a não incidência do adicional de alíquota de 1% de COFINS sobre importações de aeronaves, partes e peças, no montante de R\$94.790 (R\$82.301 em 31 de dezembro de 2019). A classificação de risco possível decorre do fato de que não houve revogação expressa da desoneração fiscal (alíquota zero) concedida às empresas regulares de transporte aéreo.
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$25.655 (R\$24.809 em 31 de dezembro de 2019) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de Janeiro de 2007 a Dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Multa aduaneira no montante de R\$66.091 (R\$64.923 em 31 de dezembro de 2019) referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria.
- Ágio BSSF Air Holdings (“BSSF”), no montante de R\$65.611 (R\$110.741 em 31 de dezembro de 2019) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Ágio GLA (decorrente da aquisição da antiga VRG) no montante de R\$88.631 (R\$86.998 em 31 de dezembro de 2019) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Em maio de 2018, a controlada Smiles recebeu um Auto de Infração relativo aos anos de 2014 e 2015, lavrado em função: (i) da dedutibilidade do ágio alocado como

rentabilidade futura após o processo de incorporação da GA Smiles pela Smiles S.A. em 31 de dezembro de 2013 e (ii) da dedutibilidade das despesas financeiras das debêntures emitidas em junho de 2014. O montante no valor de R\$126.410 em 31 de dezembro de 2020 (R\$123.495 em 31 de dezembro de 2019) foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível aceite pelas autoridades fiscais, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.

Existem outros processos de natureza tributária avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$108.515 (R\$93.545 em 31 de dezembro de 2019) que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$574.356 em 31 de dezembro de 2020 (R\$586.812 em 31 de dezembro de 2019).

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do capital social era de R\$3.009.436, representado por 3.137.706.967 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 274.024.257 ações preferenciais. O capital social apresentado encontra-se reduzido dos custos com emissão de ações no valor de R\$155.618 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

A composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

	2020			2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Fundo Volutto	100,00%	-	22,99%	100,00%	-	23,00%
Mobi FIA	-	37,57%	28,93%	-	37,59%	28,94%
Airfrance - KLM	-	1,55%	1,19%	-	1,55%	1,19%
Outros	-	1,91%	1,47%	-	2,23%	1,73%
Mercado	-	58,97%	45,41%	-	58,63%	45,14%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$6 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. Nos termos da Lei, nos casos de aumento de capital dentro do limite autorizado, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

25.2. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 1.824.034 ações em tesouraria, totalizando R\$62.215 (3.006.390 ações no valor de R\$102.543 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, a cotação de fechamento de mercado das ações em tesouraria era de R\$24,94 (R\$36,80 em 31 de dezembro de 2019).

26. Resultado por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. As ações preferenciais possuem poder econômico e o direito de recebimento de dividendos 35 vezes maior do que as ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia considera que o poder econômico das ações preferenciais é superior às ações ordinárias. Sendo assim, o resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores é alocado de forma proporcional em relação à participação econômica total do montante de

ações ordinárias e preferenciais.

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui apenas uma categoria de ações potencialmente dilutivas (opção de compra de ações), conforme descrito na nota explicativa nº27. Em razão dos prejuízos apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estes instrumentos emitidos pela controladora possuem efeito não dilutivo e, portanto, não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação.

O resultado por ação da Companhia foi determinado conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	2020			2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	(1.377.078)	(4.611.050)	(5.988.128)	(27.269)	(90.004)	(117.273)
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	2.863.683	273.967		2.863.683	270.053	
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluídas (em milhares)	2.863.683	273.967		2.863.683	270.053	
Prejuízo básico por ação	(0,481)	(16,831)		(0,010)	(0,333)	
Prejuízo diluído por ação	(0,481)	(16,831)		(0,010)	(0,333)	

27. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus administradores: o Plano de opção de compra de ações (“Plano de opções”) e o Plano de ações restritas, ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo.

27.1. Plano de opção de compra de ações- GOL

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 ou 4 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções exercíveis em 3 anos tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Para os planos de opções de ações exercíveis em 4 anos os beneficiários poderão exercer 20% no primeiro ano, 20% no segundo ano, 30% no terceiro ano e 30% no quarto ano.

Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na B3.

Ano da opção	Data da aprovação	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média em anos
2012	19/10/2012	778.912	227.183	12,81	5,32 (a)	52,25%	2,26%	9,00%	1,7
2013	13/05/2013	802.296	220.413	12,76	6,54 (b)	46,91%	2,00%	7,50%	2,3
2014	12/08/2014	653.130	197.661	11,31	7,98 (c)	52,66%	3,27%	11,00%	3,5
2015	11/08/2015	1.930.844	601.793	9,35	3,37 (d)	55,57%	5,06%	13,25%	4,5
2016	30/06/2016	5.742.732	3.121.220	2,62	1,24 (e)	98,20%	6,59%	14,25%	5,4
2017	08/08/2017	947.767	548.604	8,44	7,91 (f)	80,62%	1,17%	11,25%	6,6
2018	24/05/2018	718.764	450.695	20,18	12,68 (g)	55,58%	0,60%	6,50%	7,4
2019	11/12/2019	1.749.223	1.506.606	25,40	12,10 (h)	61,98%	3,17%	9,00%	8,8
2020	30/07/2020	760.986	655.437	20,57	14,44(i)	71,37%	0,92%	6,24%	9,6
Total	31/12/2020	14.084.654	7.529.612	11,59					

- (a) Valor justo calculado pela média dos valores R\$6,04, R\$5,35 e R\$4,56 para os respectivos períodos de *vesting* (2012, 2013 e 2014).
(b) Valor justo calculado pela média dos valores R\$7,34, R\$6,58 e R\$5,71 para os respectivos períodos de *vesting* (2013, 2014 e 2015).
(c) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,20, R\$7,89 e R\$7,85 para os respectivos períodos de *vesting* (2014, 2015 e 2016).
(d) Valor justo calculado pela média dos valores R\$3,61, R\$3,30 e R\$3,19 para os respectivos períodos de *vesting* (2015, 2016 e 2017).
(e) Em 27 de julho de 2016 foi realizada a outorga de 900.000 ações em complemento ao plano de 2016. O valor justo foi calculado pela média dos valores R\$1,29, R\$1,21 e R\$1,22 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).
(f) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,12, R\$7,88 e R\$7,72 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).
(g) Valor justo calculado pela média dos valores R\$13,26, R\$12,67 e R\$12,11 para os respectivos períodos de *vesting* (2018, 2019 e 2020).
(h) Valor justo calculado pela média dos valores R\$12,90, R\$12,32 e R\$11,65 para os respectivos períodos de *vesting* (2019, 2020 e 2021).
(i) Valor justo calculado pela média dos valores R\$15,39, R\$14,89, R\$14,31 e R\$13,64 para os respectivos períodos de *vesting* (2020, 2021, 2022 e 2023).

O valor da ação da Companhia negociada na B3 em 31 de dezembro de 2020 era de R\$24,94 (R\$36,80 em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de período
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2019	7.660.855	7,11
Opções concedidas (*)	655.437	20,57
Opções exercidas	(452.899)	4,09
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(333.781)	22,06
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2020	7.529.612	11,59

Quantidade de opções exercíveis em:

31 de dezembro de 2019	5.939.631	8,42
31 de dezembro de 2020	5.752.726	10,32

(*) Plano outorgado em 30 de julho de 2020.

A despesa reconhecida no resultado do exercício correspondente aos planos de opções de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$12.063 (R\$40.735 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

27.2. Plano de ações restritas - GOL

O Plano de ações restritas da Companhia foi aprovado em 19 de outubro de 2012 na Assembleia Geral Extraordinária, e as primeiras outorgas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de novembro de 2012.

Ano da ação	Data da aprovação	Total de ações outorgadas	Total de ações transferíveis	Preço médio na data da concessão
2016	30/06/2016	4.007.081	-	2,62
2017	08/08/2017	1.538.213	-	8,44
2018	24/05/2018	773.463	513.314	20,18
2020	30/07/2020	801.311	690.169	20,57
Total	31/12/2020	7.120.068	1.203.483	

A movimentação do total das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

Total de ações restritas	
Ações restritas transferíveis em 31 de dezembro de 2019	1.533.996
Outorgas realizadas	801.311
Ações transferidas (*)	(1.182.356)
Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	50.532
Ações restritas transferíveis em 31 de dezembro de 2020	1.203.483

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia transferiu 1.182.356 ações via instrumentos patrimoniais (ações em tesouraria).

A despesa reconhecida no resultado do exercício correspondente aos planos de opções de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$8.976 (R\$5.315 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

27.3. Plano de opção de compra de ações - Smiles Fidelidade

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na B3.

Ano da opção	Data da aprovação	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média (em anos)
2013	08/08/2013	1.058.043	-	21,7	4,25 ^(a)	36,35%	6,96%	7,40%	3,5
2014	04/02/2014	1.150.000	-	31,28	4,90 ^(b)	33,25%	10,67%	9,90%	4,0
2018	31/07/2018	1.300.000	975.000	48,42	8,93 ^(c)	41,28%	9,90%	6,39%	8,6
Total	31/12/2020	3.508.043	975.000	48,42					

(a) Média do valor justo em reais calculado para o plano de opção de ações 2013 de R\$4,84 e R\$4,20 para os períodos de vesting de 2013 e 2014; e, R\$ 3,73 para os períodos de vesting de 2015 e 2016.

(b) Média do valor justo em reais calculado para o plano de opção de ações 2014 de R\$4,35, R\$4,63, R\$4,90, R\$5,15 e R\$5,37 para os períodos de vesting de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

(c) Média do valor justo em reais calculado para o plano de opção de ações 2018 de R\$8,17, R\$8,63, R\$9,14, e R\$9,77 para os períodos de vesting de 2019, 2020, 2021 e 2022.

O valor da ação da controlada Smiles negociada na B3 em 31 de dezembro de 2020 era de R\$23,45 (R\$39,27 em 31 de dezembro de 2019).

Não houve movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$2.390 no patrimônio líquido referente a remuneração baseada em ações com contrapartida na demonstração de resultado na rubrica de despesas com pessoal (R\$3.131 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

Adicionalmente, referenciado em ações da Companhia, é concedido aos executivos e colaboradores uma bonificação complementar liquidada em caixa, como forma de fortalecer o comprometimento e produtividade desses com os resultados. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desta obrigação era de R\$1.881 (R\$6.079 em 31 de dezembro de 2019), reconhecido na rubrica de “Obrigações trabalhistas”, referenciados em 119.784 ações equivalentes da Companhia, sendo o mesmo montante reconhecido no resultado do exercício na rubrica de “Despesas com Pessoal” (120.586 ações equivalentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019) referentes à concessão do referido direito.

28. Transações com partes relacionadas

28.1. Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante

A Controladora mantém mútuos ativos e passivos com a controlada GLA, sem avais e garantias, conforme quadro a seguir:

Credor	Devedor	Tipo de operação	Taxa de juros (a.a.)	Ativo		Passivo	
				2020	2019	2020	2019
GOL	GLA	Mútuo	3,42%	915.226	507.408	-	2.121
GAC	GLA	Mútuo	(*)	1.347.546	1.018.369	8.791	161.229
Gol Finance	GLA	Mútuo	4,59%	2.634.559	1.914.924	-	-
Total				4.897.331	3.440.701	8.791	163.350

(*) Conforme legislação local, a Companhia aplica juros simbólicos.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a receber, os quais serão realizados em janeiro de 2021, deliberados pela controlada Smiles Fidelidade, no montante de R\$24.120 (R\$69.548 em 31 de dezembro de 2019).

Além dos valores acima, o quadro a seguir demonstra os demais saldos entre as Companhias eliminados no Consolidado:

Credor	Devedor	Tipo de operação	Vencimento dos contratos	Taxa de juros (a.a.)	Saldos	
					2020	2019
Gol Finance	GOL	Bônus de subscrição(*)	07/2024	-	602.350	602.350
Gol Finance Inc.	GAC	Mútuo	01/2023	8,64%	1.149.501	1.267.594
Gol Finance	GAC	Mútuo	03/2025	4,19%	1.157.009	1.061.747
Gol Finance	Gol Finance Inc.	Mútuo	04/2023	1,88%	305.702	945.721
Gol Finance Inc.	Gol Finance	Mútuo	07/2020	11,70%	1.805	196.298
Smiles Fidelidade	GLA	Compra antecipada de passagens	12/2032	3,40%	2.011.291	970.899
Smiles Fidelidade	GLA	Venda de milhas	12/2032	-	9.627	32.271
Smiles Fidelidade	GLA	Taxa de administração	12/2032	-	308	1.300
Smiles Fidelidade	GLA	Carta acordo de indenização	-	-	530	1.414
GLA	Smiles Fidelidade	Serviços	-	-	-	-
GLA	Smiles Fidelidade	compartilhados	12/2032	-	6.363	6.283
GLA	Smiles Fidelidade	Repasses	12/2032	-	15.683	23.540
Smiles Fidelidade	Smiles Viagens	Dividendos	-	-	267	267
Smiles Viagens	Smiles Fidelidade	Repasses	-	-	414	1.867
Smiles Argentina	Smiles Fidelidade	Repasses	-	-	5.152	3.631
Total					5.266.002	5.115.182

(*) A controlada Gol Finance, por meio da Gol Equity Finance, adquiriu o bônus de subscrição emitido pela Companhia no âmbito do *Exchangeable Senior Notes*.

28.2. Serviços de transporte e de consultoria

No decorrer de suas operações, a Companhia, por si e por meio de suas subsidiárias celebrou

contratos com as empresas listadas a seguir, parte do mesmo grupo econômico da Companhia:

- **Expresso Caxiense S.A.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros na ocorrência de voo interrompido, com vigência até 09/03/2023; e
- **Viação Piracicabana Ltda.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros, bagagens, tripulantes e colaboradores entre aeroportos, com vigência até 30 de setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020 a controlada GLA reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$5.779 (R\$10.560 em 31 de dezembro de 2019). Na mesma data, o saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas era de R\$3.344 (R\$1.822 em 31 de dezembro de 2019), e refere-se substancialmente a serviços de transportes junto à Viação Piracicabana Ltda.

28.3. Contratos de abertura de conta UATP (“Universal Air Transportation Plan”) com concessão de limite de crédito

A controlada GLA celebrou contratos de abertura de conta UATP com as partes relacionadas indicadas a seguir: Aller Participações S.A.; BR Mobilidade Baixada Santista S.A. SPE; Breda Transportes e Serviços S.A.; Comporte Participações S.A.; Empresa Cruz de Transportes Ltda.; Empresa de Ônibus Pássaro Marrom S.A.; Empresa Princesa do Norte S.A.; Expresso Itamarati S.A.; Expresso Maringá do Vale S.A.; Expresso União Ltda.; Glarus Serviços Tecnologia e Participações S.A.; Limmat Participações S.A.; Quality Bus Comércio de Veículos S.A.; Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A.; Thurgau Participações S.A.; Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda.; Turb Transporte Urbano S.A.; Vaud Participações S.A.; e Viação Piracicabana Ltda.; com prazo indeterminado, cuja finalidade é a emissão de créditos para a compra de passagens aéreas emitidas pela Companhia. A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

As empresas indicadas acima são de propriedade das pessoas físicas que detêm o controle do FIP Volutto e Mobi FIA, principais acionistas da Companhia.

28.4. Contratos de parceria comercial estratégica e manutenção

Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um acordo de parceria estratégica de cooperação comercial junto à AirFrance-KLM. Em 1º de janeiro de 2017 foi celebrada uma ampliação do escopo para inclusão de serviços de manutenção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os gastos com manutenção de componentes realizadas junto à oficina da AirFrance-KLM foram de R\$171.290 (R\$284.691 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui R\$72.519 na rubrica de “Fornecedores” no passivo circulante (R\$142.241 em 31 de dezembro de 2019).

28.5. Contrato de remuneração por prestação de garantia

Em 27 de outubro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada Gol Finance, emitiu uma dívida (financiamento garantido) no valor de US\$250 milhões, para a qual detém garantia concedida pelo Mobi FIA, que empenhou US\$20 milhões de ações preferenciais de emissão da GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A., por meio da celebração do Contrato de Penhor de Ações, Bens e Direitos Creditórios e em contraprestação receberá remuneração da Companhia, conforme os termos acordados em contrato. Para maiores informações, vide nota explicativa nº17.

28.6. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Consolidado	
	2020	2019
Salários, bônus e benefícios (*)	35.147	69.609
Encargos sociais	13.454	15.813
Remuneração baseada em ações	15.509	8.880
Total	64.110	94.302

(*) Inclui remuneração de membros da administração, comitê de auditoria e conselho fiscal.

29. Receita de vendas

	Consolidado	
	2020	2019
Transporte de passageiros (*)	5.958.848	13.461.470
Transporte de cargas	316.318	411.054
Receita de milhas	341.197	446.871
Outras receitas	47.053	113.253
Receita bruta	6.663.416	14.432.648
Impostos incidentes	(291.599)	(567.944)
Receita líquida	6.371.817	13.864.704

(*) Do montante total, o valor de R\$252.730 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é composto por receitas de não comparecimento de passageiros, remarcação, cancelamento de passagens (R\$583.242 para exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

A receita por localidade geográfica é como segue:

	Consolidado			
	2020	%	2019	%
Doméstico	5.642.471	88,6	11.965.181	86,3
Internacional	729.346	11,4	1.899.523	13,7
Receita líquida	6.371.817	100,0	13.864.704	100,0

30. Custos dos serviços prestados e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(1.018.411)	(1.671.606)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(2.025.701)	(4.047.344)
Material de manutenção e reparo	-	-	(335.868)	(569.229)
Gastos com passageiros	-	-	(389.998)	(578.744)
Prestação de serviços	-	-	(183.687)	(150.626)
Tarifas de pouso e decolagem	-	-	(411.065)	(759.774)
Depreciação e amortização	-	-	(1.067.744)	(1.695.384)
Recuperação de custos de depreciação (c)	-	-	25.962	-
Outros custos operacionais	-	-	(246.793)	(334.321)
Total custos dos serviços prestados	-	-	(5.653.305)	(9.807.028)
Despesas comerciais				
Pessoal	-	-	(27.039)	(36.820)
Prestação de serviços	-	-	(83.595)	(163.487)
Comerciais e publicidade	-	-	(324.185)	(670.392)
Outras despesas comerciais	-	-	(31.079)	(31.970)
Total despesas comerciais	-	-	(465.898)	(902.669)
Despesas administrativas				
Pessoal (a)	(11.418)	(4.340)	(558.977)	(652.842)
Prestação de serviços	(25.066)	(32.183)	(455.962)	(393.279)
Depreciação e amortização	-	-	(37.352)	(32.598)
Outras despesas administrativas	(8.022)	(176.260)	(267.690)	(262.979)
Total despesas administrativas	(44.506)	(212.783)	(1.319.981)	(1.341.698)
Outras (despesas) receitas operacionais				
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	372.712	7.413	551.942	7.924
Recuperação de despesas acordo Boeing	-	-	193.503	-
Recuperação de tributos pagos	-	-	225.385	-
Ociosidade - depreciação e amortização (d)	-	-	(765.456)	-
Ociosidade - pessoal (d)	-	-	(161.201)	-
Outras despesas operacionais	6.421	35.641	71.789	311.429
Total outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	379.133	43.054	115.962	319.353
Total	334.627	(169.729)	(7.323.222)	(11.732.042)

(a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal na rubrica de "Pessoal".

(b) Vide nota explicativa 18.1

(c) Valor referente a parcela reembolsada de depreciação de aeronaves, conforme acordo firmado com a Boeing detalhado na nota explicativa 1.3.

(d) Vide nota explicativa 1.1.5.

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Ganhos com derivativos	-	-	59.669	84.862
Ganhos com aplicações financeiras	5.448	28.102	182.966	225.535
Variações monetárias	1.905	2.816	28.043	42.967
(-) Impostos sobre receitas financeiras (a)	(4.558)	(4.154)	(38.553)	(26.818)
Ganhos não realizados - direito de conversão - ESN	374.994	16.148	374.994	16.148
Juros ativos	135.213	106.093	-	7.451
Outros	15.363	6.833	129.850	39.418
Total receitas financeiras	528.365	155.838	736.969	389.563
Despesas financeiras				
Perdas com derivativos	-	-	(428.060)	(86.990)
Perdas com derivativos - <i>capped call</i>	(74.728)	(23.229)	(74.728)	(23.229)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(593.609)	(440.865)	(836.596)	(778.557)
Comissões e despesas bancárias	(60.825)	(25.149)	(119.641)	(73.171)
Perdas com aplicações financeiras	-	-	(65.403)	(111.679)
Juros de operações de arrendamento	-	-	(818.529)	(488.278)
Outros	(52.448)	(61.035)	(203.235)	(186.361)
Total despesas financeiras	(781.610)	(550.278)	(2.546.192)	(1.748.265)
Variação cambial, líquida	(733.302)	(87.133)	(3.056.226)	(385.092)
Total	(986.547)	(481.573)	(4.865.449)	(1.743.794)

(a) Relativo ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015.

32. Informações por segmento

As informações a seguir apresentam a posição financeira sumariada dos segmentos operacionais reportáveis em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

32.1. Ativos e passivos dos segmentos operacionais

	2020			
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Total consolidado
Ativo				
Circulante	2.059.655	2.453.838	4.513.493	3.245.351
Não circulante	10.040.986	908.246	10.949.232	9.568.785
Total do ativo	12.100.641	3.362.084	15.462.725	12.814.136
Passivo				
Circulante	9.975.367	1.502.179	11.477.546	10.398.216
Não circulante	16.532.366	509.577	17.041.943	16.182.979
Patrimônio líquido (negativo)	(14.407.092)	1.350.328	(13.056.764)	(13.767.059)
Total do passivo e patrimônio líquido (negativo)	12.100.641	3.362.084	15.462.725	12.814.136

2019					
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Ativo					
Circulante	3.243.363	2.763.448	6.006.811	(1.079.434)	4.927.377
Não circulante	10.888.299	121.135	11.009.434	(638.365)	10.371.069
Total do ativo	14.131.662	2.884.583	17.016.245	(1.717.799)	15.298.446
Passivo					
Circulante	9.941.112	1.321.534	11.262.646	(900.046)	10.362.600
Não circulante	11.867.062	357.714	12.224.776	(183.513)	12.041.263
Patrimônio líquido (negativo)	(7.676.512)	1.205.335	(6.471.177)	(634.240)	(7.105.417)
Total do passivo e patrimônio líquido (negativo)	14.131.662	2.884.583	17.016.245	(1.717.799)	15.298.446

32.2. Resultados dos segmentos operacionais

2020					
	Transporte Aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Receita líquida					
Transporte de passageiros	5.555.546	-	5.555.546	227.777	5.783.323
Transporte de cargas e outras	340.237	-	340.237	(36.730)	303.507
Receita com resgate de milhas	-	572.916	572.916	(287.929)	284.987
Total receita líquida (a)	5.895.783	572.916	6.468.699	(96.882)	6.371.817
Custo dos serviços prestados (b)	(5.562.986)	(99.078)	(5.662.064)	8.759	(5.653.305)
Lucro bruto	332.797	473.838	806.635	(88.123)	718.512
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(454.647)	(108.612)	(563.259)	97.361	(465.898)
Despesas administrativas (c)	(850.079)	(159.716)	(1.009.795)	(310.186)	(1.319.981)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (d)	(184.626)	4.743	(179.883)	295.845	115.962
Total despesas operacionais	(1.489.352)	(263.585)	(1.752.937)	83.020	(1.669.917)
Resultado de equivalência patrimonial	99.278	-	99.278	(99.717)	(439)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	(1.057.277)	210.253	(847.024)	(104.820)	(951.844)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	719.560	89.503	809.063	(72.094)	736.969
Despesas financeiras	(2.604.999)	(13.295)	(2.618.294)	72.102	(2.546.192)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.885.439)	76.208	(1.809.231)	8	(1.809.223)
Resultado antes da variação cambial, líquida	(2.942.716)	286.461	(2.656.255)	(104.812)	(2.761.067)
Variação cambial, líquida	(3.058.275)	2.049	(3.056.226)	-	(3.056.226)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(6.000.991)	288.510	(5.712.481)	(104.812)	(5.817.293)
Imposto de renda e contribuição social	12.863	(92.553)	(79.690)	1.732	(77.958)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(5.988.128)	195.957	(5.792.171)	(103.080)	(5.895.251)
Resultado atribuído aos acionistas da controladora	(5.988.128)	103.080	(5.885.048)	(103.080)	(5.988.128)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	92.877	92.877	-	92.877

	2019				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Receita líquida					
Transporte de passageiros	12.592.018	-	12.592.018	485.725	13.077.743
Transporte de cargas e outras	463.651	-	463.651	(38.563)	425.088
Receita com resgate de milhas	-	1.051.124	1.051.124	(689.251)	361.873
Total de receita líquida (a)	13.055.669	1.051.124	14.106.793	(242.089)	13.864.704
Custo dos serviços prestados (b)	(9.759.821)	(73.466)	(9.833.287)	26.259	(9.807.028)
Lucro bruto	3.295.848	977.658	4.273.506	(215.830)	4.057.676
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	(971.204)	(127.943)	(1.099.147)	196.478	(902.669)
Despesas administrativas (c)	(1.216.166)	(131.407)	(1.347.573)	5.875	(1.341.698)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	312.746	47.535	360.281	(40.928)	319.353
Total de despesas operacionais	(1.874.624)	(211.815)	(2.086.439)	161.425	(1.925.014)
Resultado de equivalência patrimonial	294.976	-	294.976	(294.899)	77
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	1.716.200	765.843	2.482.043	(349.304)	2.132.739
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	338.268	125.455	463.723	(74.160)	389.563
Despesas financeiras	(2.116.438)	(4.273)	(2.120.711)	74.160	(2.046.551)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.778.170)	121.182	(1.656.988)	-	(1.656.988)
Resultado antes da variação cambial, líquida	(61.970)	887.025	825.055	(349.304)	475.751
Variação cambial, líquida	(92.168)	4.669	(87.499)	693	(86.806)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(154.138)	891.694	737.556	(348.611)	388.945
Imposto de renda e contribuição social	36.865	(264.969)	(228.104)	18.497	(209.607)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(117.273)	626.725	509.452	(330.114)	179.338
Resultado atribuído aos acionistas da controladora	(117.273)	330.114	212.841	(330.114)	(117.273)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	296.611	296.611	-	296.611

- (a) As eliminações das respectivas operações correspondem integralmente às transações entre GLA e Smiles Fidelidade.
- (b) Inclui encargos com depreciação e amortização no total de R\$1.088.695 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 alocados para os seguintes segmentos: R\$1.063.795 para transporte aéreo e R\$24.900 para programa de fidelidade Smiles (R\$911.581 e R\$23.322 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).
- (c) Inclui encargos com depreciação e amortização no total de R\$39.352 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 alocados para os seguintes segmentos: R\$35.675 para transporte aéreo e R\$3.677 para programa de fidelidade Smiles (R\$784.534 e R\$3.547 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).
- (d) Inclui encargos com depreciação e amortização (ociosidade) no total de R\$765.456 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 alocados integralmente no segmento de transporte aéreo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controlada Smiles Fidelidade, que constitui o segmento de Programa de Fidelidade, e nas informações fornecidas aos principais tomadores de decisões operacionais, o reconhecimento da receita acontece no momento do resgate das milhas pelos participantes. Sob a perspectiva desse segmento, tal tratamento é adequado, pois é o momento em que o ciclo de reconhecimento de receita se completa, uma vez que a Smiles transfere para a GLA a obrigação de prestar os serviços ou entregar os produtos aos seus clientes.

No entanto, sob a perspectiva consolidada, o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do programa de fidelidade por passagens aéreas da Companhia apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados. Portanto, para fins de conciliação com os ativos, passivos e resultados consolidados, assim como para fins de equivalência patrimonial e de consolidação, além das eliminações, é realizado um ajuste de transações não realizadas nas receitas provenientes do Programa Smiles. Nesse caso, sob a perspectiva do consolidado, as milhas que foram utilizadas para resgatar passagens aéreas

apenas são reconhecidas como receitas quando os passageiros são transportados, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

33. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui 95 pedidos firmes (129 em 31 de dezembro de 2019) junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, no exercício corrente considera uma estimativa dos descontos contratuais, e corresponde a aproximadamente R\$23.269.198 (R\$29.600.947 em 31 de dezembro de 2019) correspondendo a US\$4.447.687 em 31 de dezembro de 2020 (US\$ 7.343.873 em 31 de dezembro de 2019) e estão segregados conforme abaixo:

	Consolidado	
	2020	2019
2021	-	3.201.198
2022	-	3.690.205
2023	3.353.702	4.103.490
2024 em diante	19.915.496	18.606.054
Total	23.269.198	29.600.947

Do total de compromissos apresentados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$8.315.768 (correspondendo a US\$1.600.202 em 31 de dezembro de 2020) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme fluxo financeiro abaixo:

	Consolidado	
	2020	2019
2020	-	1.169.967
2021	184.951	1.152.456
2022	1.287.077	1.300.668
2023	2.657.000	1.366.345
2024 em diante	4.186.740	4.255.621
Total	8.315.768	9.245.057

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos sem opção de compra. Em 31 de dezembro de 2020, a frota total era composta de 127 aeronaves, dentre as quais todas eram arrendamentos mercantis sem opção de compra.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Política Financeira (“CPF”) em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos (“CPR”) e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos expostos aos riscos supracitados. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no

mínimo mensalmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatórios aos objetivos propostos.

O setor aéreo permanece exposto aos riscos associados a evolução da pandemia e novas cepas do vírus e à possíveis novas restrições impostas pelas autoridades governamentais para conter a proliferação da doença, de forma que os resultados financeiros da Companhia podem sofrer impactos. Embora se espere que a pandemia, em particular o prolongamento desta e suas incertezas, tenha consequências para os resultados financeiros das empresas aéreas em geral, os riscos associados à Companhia devem ser mensurados à luz de sua posição financeira.

34.1. Classificação contábil de instrumentos financeiros

As classificações contábeis dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão identificadas a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo amortizado		Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo amortizado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativo								
Caixa e depósitos bancários	374.271	488	-	-	428.812	418.447	-	-
Equivalentes de caixa	49.666	1.016.258	-	-	234.018	1.226.978	-	-
Aplicações financeiras	236	673	-	-	629.335	953.762	-	-
Caixa restrito	4.201	6.399	-	-	544.607	444.306	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	739.699	1.229.530
Direitos com operações de derivativos	87.663	143.969	-	-	128.809	147.469	-	-
Depósitos (a)	-	-	68.423	51.055	-	-	1.390.890	1.126.609
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	-	24.120	69.548	-	-	-	-
Créditos com empresas relacionadas	-	-	4.897.331	3.440.701	-	-	-	-
Outros créditos e valores	-	-	9.640	10.039	-	-	179.160	140.006
Passivo								
Empréstimos e financiamentos (b)	346.030	626.557	7.283.683	5.968.583	346.030	626.557	9.630.936	7.783.284
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	-	-	7.584.192	6.052.780
Fornecedores	-	-	72.702	19.116	-	-	1.645.194	1.296.417
Fornecedores - Risco sacado	-	-	-	-	-	-	-	554.467
Taxas e tarifas aeroportuárias	-	-	-	-	-	-	907.958	728.339
Obrigações com operações de derivativos	-	-	-	-	5.297	20.350	-	-
Obrigações com partes relacionadas	-	-	8.791	163.350	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	316.030	23.501	-	-	618.754	164.709

(a) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº13.

(b) Os montantes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado referem-se ao derivativo contratado atrelado ao *Exchange Senior Notes*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve reclassificação entre as categorias de instrumentos financeiros.

34.2. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Derivativos					Não derivativo	
	Combustível	Taxa de juros	Câmbio	Capped call	ESN	Hedge de receita	Total
Variações no valor justo							
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2019	(20.350)	-	3.500	143.969	(626.557)	-	(499.438)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	-	-	18.210	(74.728)	374.994	-	318.476
Ganhos (perdas) reconhecidos como variação cambial	-	-	-	18.422	(94.467)	-	(76.045)
Ganhos (perdas) reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial	(744.973)	-	-	-	-	-	(744.973)
Pagamentos (recebimentos) durante o período	799.489	-	(20.027)	-	-	-	779.462
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2020	34.166	-	1.683	87.663	(346.030)	-	(222.518)
Direitos com operações de derivativos	39.463	-	1.683	87.663	-	-	128.809
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(346.030)	-	(346.030)
Obrigações com operações de derivativos	(5.297)	-	-	-	-	-	(5.297)
Movimentação de ajuste de avaliação patrimonial							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(53.242)	(311.365)	-	-	-	(165.436)	(530.043)
Ajustes de valor justo durante o período	(744.973)	-	-	-	-	-	(744.973)
Ajustes de Hedge Accounting de Receita	-	-	-	-	-	(993.532)	(993.532)
Reversões líquidas para o resultado	318.140	8.158	-	-	-	25.543	351.841
Desreconhecimento de objeto de hedge	315.286	-	-	-	-	290.345	605.631
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(164.789)	(303.207)	-	-	-	(843.080)	(1.311.076)
Efeitos no resultado	(633.426)	(8.158)	18.210	(56.306)	280.527	677.644	278.491
Natureza do hedge			Classificação			2020	
Receita em USD			Receita líquida			(16.086)	
Receita em USD			Variação cambial			693.730	
Combustível			Custos dos serviços prestados			(249.328)	
Combustível			Resultado financeiro			(384.098)	
Juros - arrendamento			Resultado financeiro			(8.158)	
Direito de conversão - ESN			Resultado financeiro			374.994	
Direito de conversão - ESN			Variação cambial			(94.467)	
Capped call - ESN			Resultado financeiro			(74.728)	
Capped call - ESN			Variação cambial			18.422	
Câmbio			Variação cambial			18.210	
Total dos efeitos no resultado						278.491	

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa para proteção de taxa de juros (predominantemente Libor), para proteção de combustível aeronáutico e receita futura em dólar.

Como resultado da redução no volume de voos e interrupção das operações internacionais, a Companhia descontinuou as relações de *hedge* de uma porção das operações de *hedge* de combustível designadas como *hedge* de fluxo de caixa e de *hedge accounting* utilizadas como forma de proteger as receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), conforme divulgado na nota explicativa 1.1.

O cronograma de realização do saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2020, referente aos hedges de fluxo de caixa, é como segue:

	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Combustível	154.973	9.816	-	-	-
Taxa de juros	15.878	21.707	26.575	26.412	212.635
Hedge de receita	118.571	248.225	301.922	174.362	-
Total	289.422	279.748	328.497	200.774	212.635

34.3. Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os principais preços de mercado com impacto sobre a Companhia são: preço de combustível, taxa de câmbio e taxa de juros.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada com o objetivo de estimar o impacto no lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido sobre a: posição de derivativos em aberto, exposição cambial e às taxas de juros em 31 de dezembro de 2020 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia.

No cenário provável, na avaliação da Companhia, considerou-se a manutenção dos níveis de mercado, de forma que não há impactos sobre o lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido. A Companhia considerou ainda os seguintes cenários na variável de risco:

- deterioração de 10% (cenário adverso possível);
- deterioração de 25% (cenário adverso remoto).

As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes a serem apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

34.3.1. Combustível

O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. A Companhia utiliza diferentes instrumentos para proteger a exposição ao preço do combustível, a escolha depende de fatores como liquidez no mercado, valor de mercado dos componentes, níveis de volatilidade, disponibilidade e depósito de margem. Os principais instrumentos são futuros, *calls*, *calls spreads*, *collars* e *swaps*.

A estratégia de Gerenciamento de Risco de Combustíveis da Companhia é baseada em modelos estatísticos. Através de modelo desenvolvido, a Companhia é capaz de (i) medir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, visando avaliar se a relação entre o preço do combustível de aviação e o preço do combustível internacional se comporta dentro do esperado; e (ii) definir adequadamente o índice de *hedge* a fim de determinar o volume adequado a ser contratado para proteger a quantidade de litros de combustíveis que será consumido em um determinado período.

Os modelos da Companhia consideram os potenciais fatores de ineficácia que podem impactar nas estratégias de gestão de risco, tais como, alteração na precificação do querosene de aviação por parte dos fornecedores e o descasamento de prazo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia tem protegido por contratos de *hedge* aproximadamente 65% do seu consumo de combustível para o ano de 2021 e 23% para o ano de 2022.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade considerando oscilação dos preços do barril de combustível aeronáutico cotado em dólar americano, tomando como base o preço do barril em 31 de dezembro de 2020 cotado a US\$48,52:

	Combustível	
	Cotação do barril (em USD)	Impacto (em milhares de reais)
Queda nos preços/barril (-25%)	35,81	(95.280)
Queda nos preços/barril (-10%)	43,67	(27.835)
Aumento nos preços/barril (+10%)	53,49	110.033
Aumento nos preços/barril (+25%)	59,68	283.818

34.3.2. Taxa de juros

A estratégia de gerenciamento de risco de juros da Companhia combina taxas de juros fixas e flutuantes, e determina se será necessário ampliar ou reduzir as exposições às taxas de juros. A Companhia gerencia sua exposição através da apuração do *Basis Point Value* (“BPV”) de cada contrato, e utiliza volumes que equivalem à quantidade de BPVs necessários para atingir os objetivos propostos na Gestão de Riscos para a contratação de derivativos.

Através de modelos estatísticos, a Companhia comprova a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, considerando potenciais fatores de inefetividade, tais como o descasamento de prazo do Instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa Libor até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuem contratos de derivativos de juros Libor em aberto.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2020 e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir. Os valores demonstram os impactos no resultado de acordo com os cenários aplicados:

Risco	Aplicações financeiras líquidas de dívidas financeiras (a)	
	Queda da taxa CDI	Aumento da taxa Libor
Taxas referenciais	1,90%	0,08%
Valores expostos (cenário provável) (b)	(565.397)	3.201.557
Cenário favorável remoto (-25%)	1.179	(622)
Cenário favorável possível (-10%)	426	(249)
Cenário adverso possível (+10%)	(426)	249
Cenário adverso remoto (+25%)	(1.179)	622

(a) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI e a Libor.

(b) Saldos contábeis registrados em 31 de dezembro de 2020.

34.3.3. Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu um ganho total com operações de *hedge* de câmbio no valor de R\$18.210 (R\$1.207 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos				
Caixa, aplicações financeiras e caixa restrito	374.979	647.671	491.258	1.035.802
Contas a receber	-	-	120.167	202.363
Impostos a recuperar	-	-	-	5.312
Depósitos	68.423	51.056	1.390.890	1.126.609
Direitos com operações de derivativos	87.663	143.969	128.809	147.469
Total do ativo	531.065	842.696	2.131.124	2.517.555
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(7.629.713)	(6.595.140)	(9.132.988)	(7.831.116)
Arrendamentos a pagar	-	-	(7.536.677)	(6.007.973)
Fornecedores	(24.357)	(3.164)	(481.001)	(462.636)
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	-	(1.030.915)	(869.078)
Obrigações com operações de derivativos	-	-	(5.297)	(20.350)
Total do passivo	(7.654.070)	(6.598.304)	(18.186.878)	(15.191.153)
Total da exposição cambial passiva	(7.123.005)	(5.755.608)	(16.055.754)	(12.673.598)
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	(23.269.198)	(65.779.883)	(23.269.198)	(65.779.883)
Total	(23.269.198)	(65.779.883)	(23.269.198)	(65.779.883)
Total da exposição cambial R\$	(30.392.203)	(71.535.491)	(39.324.952)	(78.453.481)
Total da exposição cambial US\$	(5.848.366)	(17.747.659)	(7.567.293)	(19.463.984)
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,1967	4,0307	5,1967	4,0307

A Companhia possui essencialmente exposição de variação do dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$5,1967/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2020:

	Taxa de câmbio	Efeito no resultado	
		Controladora	Consolidado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	5,1967	7.123.005	16.055.754
Desvalorização do dólar (-25%)	3,8975	1.780.751	4.013.939
Desvalorização do dólar (-10%)	4,6770	712.301	1.605.575
Valorização do dólar (+10%)	5,7164	(712.301)	(1.605.575)
Valorização do dólar (+25%)	6,4959	(1.780.751)	(4.013.939)

34.3.4. Capped call

A Companhia, por meio da Gol Equity Finance, no contexto da precificação do ESN emitidas em 26 de março, em 17 de abril e 17 de julho de 2019, realizou operações privadas de derivativos (*Capped call*) com parte dos subscritores das *Notes* com o objetivo de minimizar a potencial diluição das ações preferenciais e das ADSs da Companhia.

A Companhia reconheceu uma despesa total com as operações de *capped call* no montante de R\$56.306 composto por R\$74.728 de variações do valor justo, líquido de R\$18.422 de variação

cambial, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$23.229 de variação de valor justo em 31 de dezembro de 2019).

34.4. Riscos de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros classificados como caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são depositados em contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's (entre AAA e AA-), conforme estabelecido por políticas de gestão de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.

34.5. Risco de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são como segue:

	Controladora				Total
	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	638.965	-	6.201.580	789.168	7.629.713
Fornecedores	72.702	-	-	-	72.702
Obrigações com partes relacionadas	8.791	-	-	-	8.791
Outras obrigações	-	-	316.030	-	316.030
Em 31 de dezembro de 2020	720.458	-	6.517.610	789.168	8.027.236
Empréstimos e financiamentos	200.598	1.413.645	6.587.415	1.923.019	10.124.677
Fornecedores	19.116	-	-	-	19.116
Obrigações com partes relacionadas	163.350	-	-	-	163.350
Outras obrigações	-	-	23.501	-	23.501
Em 31 de dezembro de 2019	383.064	1.413.645	6.610.916	1.923.019	10.330.644

	Consolidado				
	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	2.120.462	232.817	6.804.167	819.520	9.976.966
Arrendamentos a pagar	647.850	669.158	4.763.614	1.503.570	7.584.192
Fornecedores	1.612.536	-	32.658	-	1.645.194
Taxas e tarifas aeroportuárias	907.958	-	-	-	907.958
Obrigações com operações de derivativos	5.297	-	-	-	5.297
Outras obrigações	287.275	-	331.479	-	618.754
Em 31 de dezembro de 2020	5.581.378	901.975	11.931.918	2.323.090	20.738.361
Empréstimos e financiamentos	1.112.414	1.724.940	7.519.263	1.890.448	12.247.065
Arrendamentos a pagar	1.257.430	1.018.266	5.862.268	967.404	9.105.368
Fornecedores	1.286.264	-	10.142	-	1.296.406
Fornecedores - Risco sacado	554.467	-	-	-	554.467
Taxas e tarifas aeroportuárias	728.339	-	-	-	728.339
Obrigações com operações de derivativos	9.080	-	11.270	-	20.350
Outras obrigações	128.744	-	35.965	-	164.709
Em 31 de dezembro de 2019	5.076.738	2.743.206	13.438.908	2.857.852	24.116.704

34.6. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

		Controladora			
		2020		2019	
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	652	652	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	49.014	49.014	-	-
Aplicações financeiras	Nível 1	-	-	673	673
Aplicações financeiras	Nível 2	236	236	-	-
Caixa restrito	Nível 2	4.201	4.201	6.399	6.399
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	87.663	87.663	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	(346.030)	(346.030)	(626.557)	(626.557)

	Consolidado				
	2020		2019		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	59.936	59.936	5.505	5.505
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	170.359	170.359	-	-
Aplicações financeiras	Nível 1	22.465	22.465	953.762	953.762
Aplicações financeiras	Nível 2	606.870	606.870	-	-
Caixa restrito	Nível 2	544.607	544.607	444.306	444.306
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	128.809	128.809	147.469	147.469
Obrigações e financiamentos	Nível 1	(346.030)	(346.030)	(626.557)	(626.557)
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	(5.297)	(5.297)	(20.350)	(20.350)

	Consolidado	
	2020	2019
Adoção inicial - IFRS 16	-	2.436.333
Remuneração baseada em ações (capital / remuneração baseada em ações)	(23.430)	(31.222)
Efeitos de alteração de participação societária (reservas de capital / participação de minoritários)	(352)	(649)
JSCP a distribuir, líquido de impostos	23.139	-
Perdas atuariais de benefício pós-emprego	13.921	87.541
Dividendos	-	238.359
Retroarrendamento (Imobilizado)	(248.729)	-
Retroarrendamento (Arrendamentos)	289.102	-
Risco sacado (Risco sacado / empréstimos)	(411.457)	-
Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos (imobilizado / empréstimos e financiamentos)	25.974	164.234
Depósitos aplicados (depósitos / arrendamentos a pagar e fornecedores)	(77.009)	(6.974)
Depósitos capitalizados (depósitos / imobilizado)	(39.729)	-
Direito de uso de equipamentos de voo (imobilizado / arrendamentos a pagar)	165.146	957.027
Renegociação contratual de arrendamento financeiro (imobilizado / arrendamentos a pagar)	221.248	-
Resultado não realizado de derivativos (direito com derivativos / ajuste de avaliação patrimonial)	-	30.021

36. Passivos de atividades de financiamento

As movimentações para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 dos passivos das atividades de financiamento da Companhia estão demonstradas a seguir:

36.1. Controladora

2020								
	Saldo inicial	Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	Caixa líquido gerado pelas nas atividades operacionais	Ajuste ao lucro			Saldo final	
				Variações Cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Resultados não realizados de derivativos		
Empréstimos e financiamentos	6.595.140	(522.783)	(515.278)	1.838.911	608.717	(374.994)	7.629.713	

2019								
	Saldo inicial	Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	Caixa líquido gerado pelas nas atividades operacionais	Transações não caixa	Ajuste ao lucro			Saldo final
				Aumento de capital	Variações Cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Resultados não realizados de derivativos	
Empréstimos e financiamentos	4.659.102	1.587.691	(330.824)	-	269.593	450.295	(40.717)	6.595.140

